

O 2º CONGRESSO E A LUTA POR UM NOVO GOVERNO

O grande ato político de oposição de 26 de agosto teve como centro a luta pelo fim do governo FHC. Ele mostrou que há sustentação popular para um movimento pela mudança de rumo do país, acumulando forças para uma série de mobilizações. Prepara-se, agora, uma paralisação nacional para outubro.

Em um cenário de crescimento da contestação política do governo, a margem de manobra de que dispõe Fernando Henrique é pequena, amarrado que está ao FMI e ao curso político construído em seu primeiro governo. Seria ingenuidade, no entanto, considerar que estamos frente a um governo sem iniciativa e a forças políticas sem capacidade de ação.

Assim, é de se esperar que o fortalecimento da oposição provoque um acirramento da disputa política e uma reação do bloco dominante. Por isso, a continuidade do processo de acúmulo para a esquerda depende da qualidade de direção política que formos capazes de construir; responsabilidade que está centralmente colocada para o PT.

O PT teve um desempenho fundamental na mobilização popular para a Marcha, mas a orientação política com que ele se apresentou aí foi confusa.

Há, efetivamente, uma questão em aberto, a definição de uma saída democrática, com legitimidade, para viabilizar o fim do governo FHC. Mas esta questão não pode paralisar a construção de um movimento de massas com este objetivo. Das hipóteses colocadas até agora, a que melhor expressa este sentido é a da antecipação das eleições, instrumento não previsto na Constituição, que teria que adquirir grande força popular e institucional para se viabilizar. Mas este também é um debate. A condição para que esta discussão ocorra é que a coloquemos, conscientemente, subordinada à construção do movimento político mais amplo de luta pelo fim do governo FHC e conquista de um novo governo.

Outra questão igualmente importante é a definição de uma alternativa programática, que explique o que entendemos como um novo governo.

Nos dois casos, o 2º Congresso é o espaço mais adequado para estabelecer diretrizes. Há textos inscritos para o debate, mas ainda não há discussão. O processo preparatório vem sendo movido pela disputa das direções internas e pelos cálculos eleitorais. Os casos de filiações massivas, despolitizadas, se chocam com o projeto partidário e comprometem o 2º Congresso como um processo democrático de debate de idéias.

As oportunidades abertas pela crise continuam a nos desafiar: fazer o partido voltar-se para elas permanece uma luta a ser travada em cada encontro, em cada momento da preparação do 2º Congresso.



SIRON FRANCO, REI E RAINHA, 1982

DA MARCHA À GREVE GERAL

A MARCHA À BRASÍLIA RECOLOCA A INICIATIVA POLÍTICA NAS MÃOS DA ESQUERDA E APROFUNDA A CRISE DO GOVERNO

RAFAEL FREIRE E SILVANA KLEIN

A “Marcha dos 100 mil pelo Brasil” em 26 de agosto passado, organizada pelo Fórum Nacional que reúne partidos de oposição, CUT, movimentos sociais e organizações da sociedade civil, foi uma iniciativa amplamente vitoriosa. Além de termômetro do elevado grau de descontentamento da população com o governo FHC, transformou-se também em uma alavanca para as mobilizações deste segundo semestre – que deverá ter como seu ponto alto uma paralisação nacional ainda em outubro.

Desde a Marcha do MST, em 17 de abril de 1997, o país não assistia a uma iniciativa do campo democrático-popular com capacidade de alterar a agenda nacional. Mas hoje o cenário político atual é outro. A política econômica do governo federal enfrenta um

imenso impasse e FHC tem hoje índices de rejeição similares aos de Collor às vésperas do *impeachment* em 1992. Os partidos no poder se digladiam publicamente em torno às alternativas sobre como sair desta crise de governo.

Mas, o problema para as classes dominantes é que se trata de mais do que uma crise de governo. É seu próprio programa – inaugurado em 1990 e cuja aplicação foi intensificada com o Plano Real desde 1994 – que está em questão.

IMPASSE ESTRUTURAL

Apesar da desvalorização do real em 60% desde o início do ano, as exportações brasileiras não têm reagido de forma tal que se consiga financiar o déficit externo do país. No entanto, o capital interna-

cional continua extraindo uma parte crescente do excedente econômico nacional através do pagamento da dívida externa, da remessa de lucros das multinacionais, etc.

Como o capital internacional tem sido investido principalmente em setores econômicos não exportadores (compras de empresas estatais e empresas privadas de serviços, instalação de novas empresas neste setor) estes investimentos aumentam a sangria externa (pelas crescentes remessas de lucros), sem criar uma capacidade duradoura de financiamento externo (via exportações) – o que fica claro assim que se esvai o alívio passageiro no balanço de pagamentos provocado ao momento de sua entrada.

CONTINUA NA PÁGINA 3



NESTA EDIÇÃO

MARX, O INTEMPESTIVO

O novo livro de Daniel Bensaid traz para o Brasil o mais importante debate da atualidade sobre a reestruturação do marxismo como pensamento revolucionário.

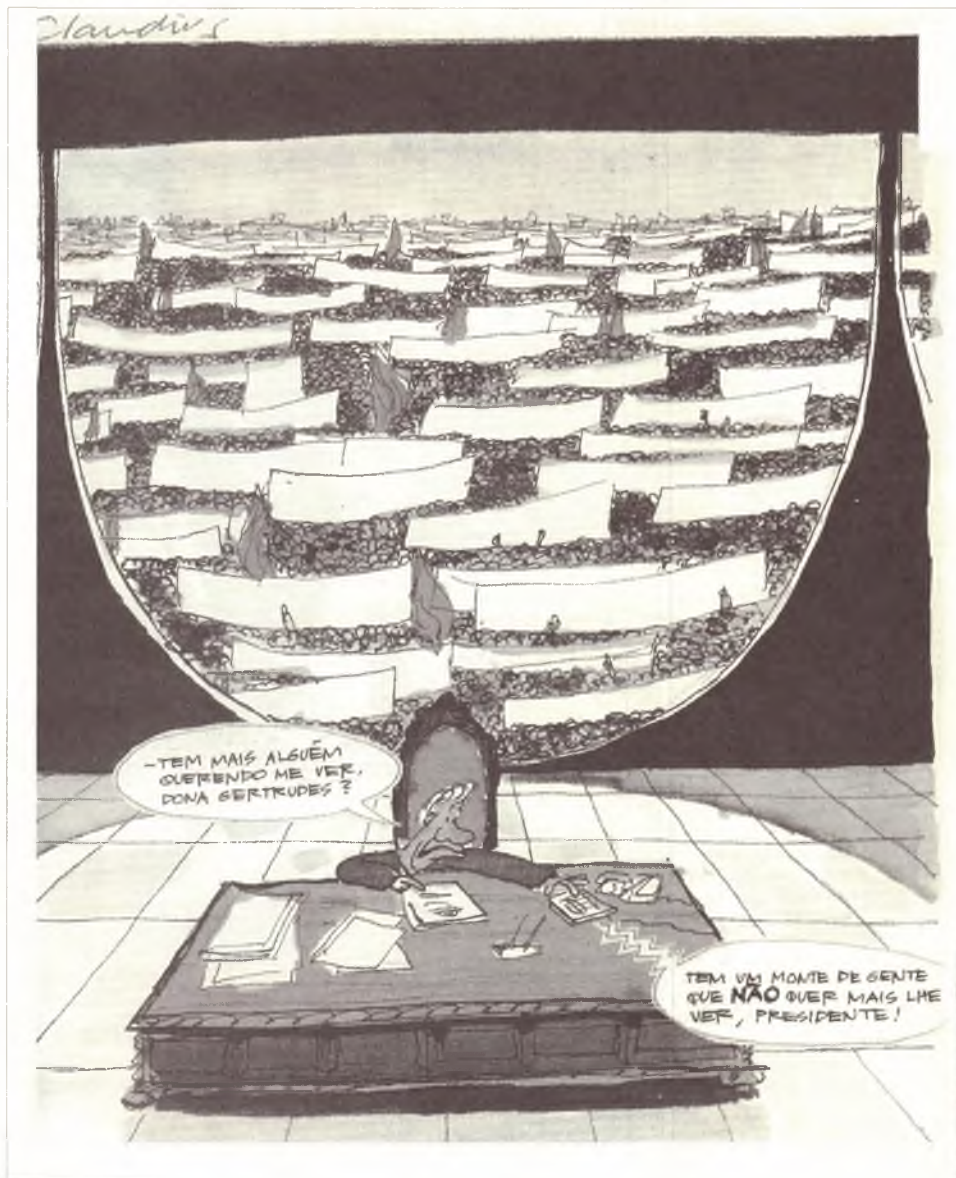
PÁGINAS 8 E 9

ERNESTO HERRERA ANALISA O IMPASSE VIVIDO PELA COLÔMBIA E A CRESCENTE INTERVENÇÃO MILITAR DOS EUA.

PÁGINA 10

JUAREZ GUIMARÃES COMENTA A OPÇÃO BRASILEIRA, TEXTO PROGRAMÁTICO DA CONSULTA POPULAR.

PÁGINA 16



POBREZA: OBRA DE FHC

Estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), órgão do governo, revela que os problemas sociais no Brasil são ainda mais graves do que já se imaginava.

A maioria da população (50,2%) é pobre. São cerca de 78 milhões de pessoas com renda abaixo de R\$ 149,00 por mês, o mínimo necessário para gastos básicos com comida, moradia e transporte.

Com base nos dados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio (Pnad), de 1996 e 1997 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o estudo revela que o Brasil possui 43 milhões de indigentes. Estas pessoas, 28% da população, ganham menos de R\$ 73,00 mensais e mal conseguem se alimentar, de acordo com padrões de consumo de calorias estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

O pobre no Brasil tem algumas características básicas: possui baixa escolaridade, a maior parte é negra, jovem, vive da agricultura e prestação de serviços e não tem registro em carteira de trabalho. A miséria atinge 14 milhões de trabalhadores.

Com 69% da população recebendo menos de R\$ 73,00 por mês, o Maranhão é o estado com a maior proporção de indigentes.

Contudo, o problema está mais concentrado nas cidades. Ao comparar as taxas encontradas nas áreas rurais do país, descobre-se que esta unidade da federação ocupa a nona posição nacional.

A Bahia, que já foi governada por ACM por nada menos que 11 anos, em três mandatos de governador, está em terceiro lugar entre os estados com a maior parcela de pobres. São dez milhões de pessoas, nada menos que 80% da população local. Desse total, 7,2 milhões mal conseguem obter rendimentos necessários para comer.

Na ponta oposta, SP tem o menor índice de pobres. Embora sejam 24,5% dos paulistas, o número não é baixo, pois representa oito milhões de pessoas. Depois vem o Distrito Federal, segunda unidade da federação com menor parcela de habitantes com renda mensal inferior a R\$ 149,00. São 31,1%, o equivalente a 576 mil pessoas.

No país, em 1990, os 50% mais pobres detinham 12,7% da renda nacional, número que baixou para 11,2% em 1998. Para os 20% mais ricos, contudo, a situação é inversa. Eles dominavam 62,8% da renda no início da década, número que subiu ligeiramente para 63,8% em 1998. (Correio Braziliense, 3/9/1999)

NOTAS

TERROR EM TIMOR LESTE

Quando o ditador indonésio Suharto foi derrubado, em maio de 1998, pelo movimento de massas que se seguiu à crise econômica asiática, a situação de Timor se alterou abruptamente. Anexada pela Indonésia em 7 de dezembro de 1975, Timor Leste sustentou uma luta de libertação nacional de 35 anos. A "integração" de Timor à ditadura Suharto provocou 200 mil mortos, em um país cuja população atual é de 800 mil habitantes.

Fragilizado pela crise econômica, o atual presidente e ex-vice de Suharto, Bacharuddin Habibie teve que aceitar a pressão internacional por um plebiscito em Timor Leste, afinal realizado sob a supervisão das Nações Unidas em 30 de agosto.

O plebiscito, que contou com a participação de 98,6% dos eleitores, aprovou a independência por 78,5% dos votos, recusando a proposta indonésia da "autonomia interna". Isso apesar da enorme pressão dos grupos para-militares montados pelo exército indonésio, que já provocaram milhares de mortes.

Mas este resultado tem que ser

integrado em um cenário bastante complexo. Embora o governo indonésio tenha se comprometido a nível internacional a aceitar a deliberação do plebiscito, o poder no país está, de fato, nas mãos de um exército dividido em feudos, organizado segundo linhas de lealdade de clãs. Ele tem, como instituição, grandes interesses na manutenção da situação em Timor. Além disso, o nacionalismo indonésio vê na independência de Timor um estímulo a outros movimentos separatistas que afetam o país em Aceh, Irian-Jaya e Riau. Finalmente, o presidente Habibie depende dos votos controlados pelos militares na Assembléia para assegurar sua reeleição em novembro.

As perspectivas de aceitação, pelo governo indonésio, do resultado do plebiscito está, pois, diretamente vinculada à pressão internacional não apenas sobre o governo, mas diretamente sobre o exército indonésio. E os Estados Unidos, que tem enormes interesses econômicos no país, ainda reluta em exercê-las. (10/9/99)

José Corrêa

Ecologia no Rio Grande do Sul

A prefeitura de Porto Alegre obteve, com seu belíssimo trabalho *Atlas Ambiental*, o Prêmio "Mercocidades Solidárias", oferecido pela prefeitura de Montevidéu, ganhando com isso, US\$ 10 mil para a produção de um CD para a difusão da metodologia aplicada no estudo e os resultados alcançados. A publicação exigiu um intenso trabalho de pesquisa (quase uma década), no qual participaram a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a prefeitura da capital e sua comunidade.

O Greenpeace realizou no dia 4 de

agosto, em Porto Alegre, um protesto contra os alimentos transgênicos e em apoio à iniciativa do governo do Rio Grande do Sul em impedir a produção e a venda no Estado desses produtos modificados geneticamente. "Não seja cobaia. Estado livre de transgênicos", dizia um cartaz da ONG ambientalista.

A manifestação faz parte da campanha iniciada na Assembléia Legislativa gaúcha destinada a transformar o Estado no primeiro a ficar livre de alimentos transgênicos.

Gilberto da Silva

ERRAMOS

O artigo dos *Cadernos Em Tempo* 308, "Para onde vai o desenvolvimento", de Carlos Henrique Árabe, saiu com dois erros que comprometem o entendimento do seu conteúdo.

O primeiro é na página 1, segunda coluna, na oitava coluna do item "a escola da dependência", foi suprimido o seguinte trecho:

"A inclusão da referida escola da dependência não desconhece a diversificação de rumos e de bases

analíticas que permeia este campo de elaboração teórica, o que deverá aparecer à medida em que forem tratadas suas contribuições;

* o pensamento marxista especificamente voltado para a análise da temática do subdesenvolvimento, sob o ângulo que focaliza o caráter".

O segundo é na página 3, primeira coluna, depois do sexto parágrafo, que conclui com "...transformação básica proposta para o Estado.", acrescentar o intertítulo, "Escola da dependência".

EM TEMPO MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA É:

APOIO: 50,00

NORMAL: 30,00

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ UF: _____

CEP: _____ FONE: _____

Envie juntamente com o cheque nominal a **EDIÇÕES ET LTDA, Rua Brigadeiro Galvão, 138 - Barra Funda - São Paulo - SP - CEP 01151-000** ou faça contato pelo telefone (011) 3666-5550. Os assinantes de apoio recebem junto com o jornal os "Cadernos EM TEMPO", que apresenta nesta edição as *Resoluções da 5ª Conferência Nacional da Democracia Socialista*, realizada em junho de 1999.

JORNAL **EM TEMPO** É UMA PUBLICAÇÃO DE EDIÇÕES ET LTDA.

R. BRIGADEIRO GALVÃO, 138 - BARRA FUNDA - SÃO PAULO/SP - CEP 01151-000

FONE (011) 3667-3476 - FAX (011) 3666-5550 - E-MAIL: EMTEMPO@AX.APC.ORG

JORNALISTA RESPONSÁVEL: CÉLIA REGINA DE SOUZA (MTB 18663 DRT/SP).

EQUIPE DE EDIÇÃO: JOSÉ CORRÊA LEITE, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, ÁRABE, GUSTAVO CODAS E CACO BISOL. TIRAGEM: 5.000 EXEMPLARES. PERIODICIDADE: MENSAL. FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO: 13 DE SETEMBRO.

DA MARCHA À GREVE GERAL

RESOLUÇÃO DO PT SOBRE CONJUNTURA

A Executiva Nacional do PT reunida na segunda-feira posterior à Marcha adotou uma série de resoluções sobre conjuntura, continuidade das mobilizações, apoio a iniciativas do movimento sindical pela greve geral e contra a "guerra fiscal" etc. Reproduzimos abaixo a resolução sobre conjuntura.

"A Marcha dos 100 Mil pelo Brasil foi uma grande vitória das oposições e das entidades do Fórum Nacional de Luta, demonstrando a insatisfação popular ao governo FHC e intensificou a mobilização social de oposição política ao governo, que expressa a indignação contra a política econômica, mas principalmente a exigência de um novo governo.

É grande a responsabilidade do PT, a quem cabe construir, para além da mobilização e da oposição do governo, uma coalizão política social para ser alternativa de governo ao bloco conservador encabeçado por FHC. A grande imprensa, a coalizão conservadora e as elites empresariais sabem que só o PT pode construir esta alternativa, daí o ataque sem tréguas à marcha e ao PT, e a acusação de que a oposição não tem propostas.

A oposição tem propostas e precisa construir força política social e maioria no país para ser governo e colocá-las em prática; e para tanto precisamos consolidar a unidade da esquerda, ampliar a mobilização e reforçar a divulgação de nossas propostas de governo em defesa do Brasil.

Isso passa por resolver divergências existentes na Frente Democrática e Popular em torno das "palavras de ordem"; consolidar o Fórum Nacional de Luta e principalmente dar continuidade às mobilizações já programadas e preparar um Dia Nacional de Lutas.

Estas mobilizações e articulações políticas precisam ter o apoio de nossos governadores e prefeitos e precisamos ampliar na sociedade o apoio ao nosso movimento.

Nossa principal tarefa nesse momento é ampliar, principalmente entre os sindicatos, os desempregados, junto aos setores da economia informal e do pequeno e médio empresariado, o apoio e a oposição ao modelo econômico e consolidar a mobilização popular contra o governo.

Há uma disputa pela hegemonia da oposição social e popular ao governo. Se é verdade que a Marcha nos colocou como a principal oposição ao governo, também é verdade que a grande mídia e setores das elites manobram com terceiras vias, através de Ciro Gomes, com uma oposição de dentro do PSDB (Covas e Tasso) e mesmo através ACM, com uma "oposição" de direita populista. Para ganharmos esta disputa, é preciso combinar mobilização com disputa programática com o governo e com as "terceiras" vias.

Consolidar a Frente e lançar o Manifesto e o Movimento em Defesa do Brasil, com a denúncia do modelo e do governo com propostas alternativas para disputar e consolidar a direção da oposição ao governo e não permitir uma saída por cima e de conciliação via Ciro Gomes, nem tampouco uma reforma por dentro da coalizão conservadora via Covas, Tasso ou mesmo ACM."

São Paulo, 30 de agosto de 1999.



SIMON FINANCO, POLÍTIKA SEM DIA

A RUPTURA COM O IMPERIALISMO, PRINCIPAL SUSTENTÁCULO DO GOVERNO FHC, É PRÉ-CONDIÇÃO PARA TIRAR O PAÍS DA CRISE.

RAFAEL FREIRE E SILVANA KLEIN

eleitoral nas eleições do ano 2000. Tendo em vista as dimensões dos impasses vividos, as classes dominantes não desistiram de tentar solucionar a crise política via um golpe parlamentarista. E, nas vésperas da Marcha, buscando dividir o campo opositor, a mídia afinada com o grande capital relançou o Ciro Gomes como candidato, o PPS como partido e Mangabeira Unger como o intelectual de uma "terceira via" (do tipo "nem FHC, nem PT").

É verdade que no último dia do mês, o governo, os partidos da sua base de sustentação e a mídia fizeram um grande estardalhaço com o que em outros momentos não seria mais do que um ato burocrático, o envio do Orçamento do ano 2000 e do Plano Pluri-Anual ao Congresso Nacional. Mas por trás da ensaiada euforia frente às câmeras de TV, continuavam os mesmos dilemas.

UM GOVERNO SEM ALTERNATIVAS

Agora, o suposto embate entre "monetaristas" e "desenvolvimentistas" dentro da base governista recorrentemente se exaure com a confissão dos segundos de que não têm propostas alternativas àquelas que estão sendo aplicadas pela atual equipe econômica.

Em 2 de setembro, no seminário "Desenvolvimento com Estabilização" organizado pelo PSDB, Clovis Carvalho, ministro do Desenvolvimento, fez referências críticas à falta de ousadia da política econômica para retomar o crescimento. Foi sumariamente demitido por FHC que assim marcou a vigência de uma única política, acertada com o FMI. De fato, o bloco conservador não admite mudanças no plano da economia.

Não haverá solução para os problemas sociais (desemprego, pobreza, falta de serviços essenciais) e políticos (perda de soberania nacional) com o atual modelo econômico, o que quer dizer, com o atual governo. Por isso, para as organizações sociais e partidárias de esquerda, o principal desafio é combinar mobilização social, pressão pelo fim do governo e legitimação junto à maioria da população de um programa alternativo — que rompa com a submissão da nação ao imperialismo, desatre a política econômica dos interesses do capital (nacional ou internacional) e altere profundamente o modelo econômico, para promover o emprego e a distribuição de renda e riqueza.

RAFAEL FREIRE E SILVANA KLEIN SÃO MEMBROS DA EXECUTIVA NACIONAL DA CUT.

Na tentativa de prolongar este efeito, o governo prepara-se para a última rodada de privatizações de estatais. Mas há, entre um número cada vez maior de especialistas, um consenso de que o atual modelo não consegue financiar de forma sustentável as contas externas do país.

Por outro lado, as altíssimas taxas de juros praticadas pelo governo inviabilizaram as finanças públicas. De fato, o elevado déficit público, de 8% em relação ao PIB, é inteiramente devido, ao pagamento de juros da dívida pública interna.

O país enfrenta dois impasses casados: nas contas externas e nas contas públicas. Suas traduções concretas são, no front externo, uma nação fragilizada e submissa frente ao capital estrangeiro e seus agentes (G-7, FMI, Banco Mundial) e, internamente, o descalabro social provocado pela recessão e o sucateamento dos serviços públicos essenciais.

SAÍDAS PARA A CRISE

Houve muita polêmica interna, tanto na CUT como no PT, sobre qual palavra de ordem deveria comandar as mobilizações. De fato, no início houve tentativas de apenas canalizar a torrente social de protesto contra a política econômica, o que estimularia ilusões de que seria possível outro modelo de país com este governo.

Mas as 100 mil pessoas que ocuparam Brasília no dia 26 desfizeram qualquer ambigüidade das direções, empolgando-se mesmo com o grito unânime de "Fora FHC e o FMI!"

O caráter massivo e combativo do ato teve um primeiro saldo sobre o ânimo da militância que vinha de uma fase de atuação com "perfil baixo". Mas, fundamentalmente, a Marcha mudou a agenda política.

A esquerda se recolocou como principal pólo de oposição ao governo. Sintonzou seu discurso com o mal-estar da população frente à desastrosa situação social que o projeto de FHC impôs ao país. Deu um impulso para a realização de novas mobilizações — estão em curso ou em preparação, o Grito dos Excluídos (7 de setembro), a greve nacional dos metalúrgicos do setor automotivo (14 de setembro), a Marcha pela Educação (6 de outubro), a Marcha Popular pelo Brasil (que deve chegar a Brasília nos primeiros dias de outubro), Grito Latino-americano dos/as Excluídos/as (12 de outubro) e uma paralisação nacional impulsionada pela CUT e outros movimentos sociais (também para outubro).

De quebra, a Marcha também alterou o curso do debate interno no PT, fortalecendo a linha de enfrentamento com o governo FHC (ver box).

No domingo anterior à Marcha, o próprio FHC, no palanque da Rede Globo, partiu para o ataque acusando à oposição de "golpista" por propor seu afastamento. Esta entrevista com o presidente deu início a uma contra-ofensiva política conservadora que pretendia apagar todo o aprendizado democrático que a população fez com a campanha pelo "Fora Collor!" e o impeachment em 1992.

A iniciativa das oposições acelerou os ritmos da conjuntura política. O governo sente-se pressionado pela crise política atual e pela ameaça de um fracasso

O ENDIVIDAMENTO DA AGRICULTURA

O PROJETO DE LEI INCORPOROU PREOCUPAÇÕES ESSENCIAIS DO PT E RESTRINGIU AS LIBERALIDADES PARA COM OS CALOTEIROS CONTUMAZES DO CRÉDITO RURAL.

DR. ROSINHA

à agricultura como os grandes vilões da deterioração das contas públicas e, por conseguinte, dos desajustes da economia. A partir de então, procederam-se a mudanças substanciais no modelo de crédito rural, com destaque para a imposição de custos reais aos financiamentos concedidos ao setor. Esse período, que coincide com o início da implantação do projeto neoliberal no país, resulta em uma ampla reformulação político-conceitual do papel estratégico concebido para a agricultura. A primeira medida reorientadora da política de

REGRESSÃO DA AGRICULTURA

Pela primeira vez na história do país, observa-se a extinção de estabelecimentos agrícolas no Brasil. O censo agropecuário de 1996 registra o desaparecimento de cerca de 942 mil estabelecimentos entre 1985 e 1996, sendo 96% (906 mil), com áreas inferiores a 100 hectares. Cerca de 400 mil dos 906 mil pequenos estabelecimentos, sumiram nos dois primeiros anos do governo FHC. Por conta desse processo, 21,3 milhões de hectares deixaram de ser cultivados entre 1985 e 1996 e, nesse mesmo período, o pessoal ocupado na atividade agrícola foi reduzido em 5,5 milhões de trabalhadores.

Os efeitos dos sucessivos planos econômicos na ampliação do quadro de dívidas acumuladas pelos agricultores também devem ser levados em consideração. Dados mais recentes informam que, desde o início do Plano Real, a transferência de renda da agricultura para outros setores da economia, alcança fantásticos 24 bilhões de reais.

No primeiro ano do período FHC (1995) a perda de renda setorial chegou a 10 bilhões de reais. Graças a pressões políticas, o governo adotou o processo de alongamento das dívidas, no bojo do chamado Programa de Securitização. Após quatro anos de existência, o programa de securitização conseguiu a proeza de correr o Tesouro sem resolver ou, sequer, amenizar o processo de endividamento.

Neste momento, os contornos destruturadores alcançados pelo grau de endividamento agrícola,

combinado com o reconhecimento da ineficácia da securitização, resultaram no debate que se desenvolveu no Legislativo, em uma unidade, pontual, entre os vários partidos em torno de um novo instrumento visando o enfrentamento da questão. Ela não representa a superação das profundas diferenças de interesses entre o campo democrático e popular e as oligarquias agrárias, que utilizam seu poder de pressão político para anistias recorrentes de suas dívidas, promovendo um verdadeiro saque do Estado. Mas permite aumentarmos a pressão sobre o governo FHC no sentido de atender a demandas dos pequenos produtores rurais carentes de financiamento.

NOSSA PROPOSTA

Assim, a bancada do PT na Câmara dos Deputados não hesitou em en-

campar a iniciativa face a absoluta legitimidade dessa demanda dos agricultores brasileiros, notadamente dos seus segmentos de base familiar. Com esse entendimento mas, sem flexibilizar os critérios de moralidade, ética e austeridade da proposta, o PT participou ativamente das discussões, e apoiou a versão final do Projeto de Lei que aborda a matéria, que inclui propostas do Partido que resgatam, em parte, a proposição original apresentada em 1995, como:

1. garantia de tratamento diferenciado das dívidas de mini, pequenos, médios e grandes produtores rurais, de sorte a assegurar aos mini e pequenos produtores, subsídios, em cada parcela a ser paga, correspondente a 30% e 20%, respectivamente;

2. proibição do acesso aos benefícios da proposta a mutuários que cometeram desvios de finalidades no crédito;

3. débito, aos próprios bancos, e não ao Tesouro, das parcelas das dívidas derivadas de práticas irregulares destas instituições;

4. impedimento de equalização, pelo Tesouro, de operações financiadas com recursos originários de fontes sem custo de captação para os bancos;

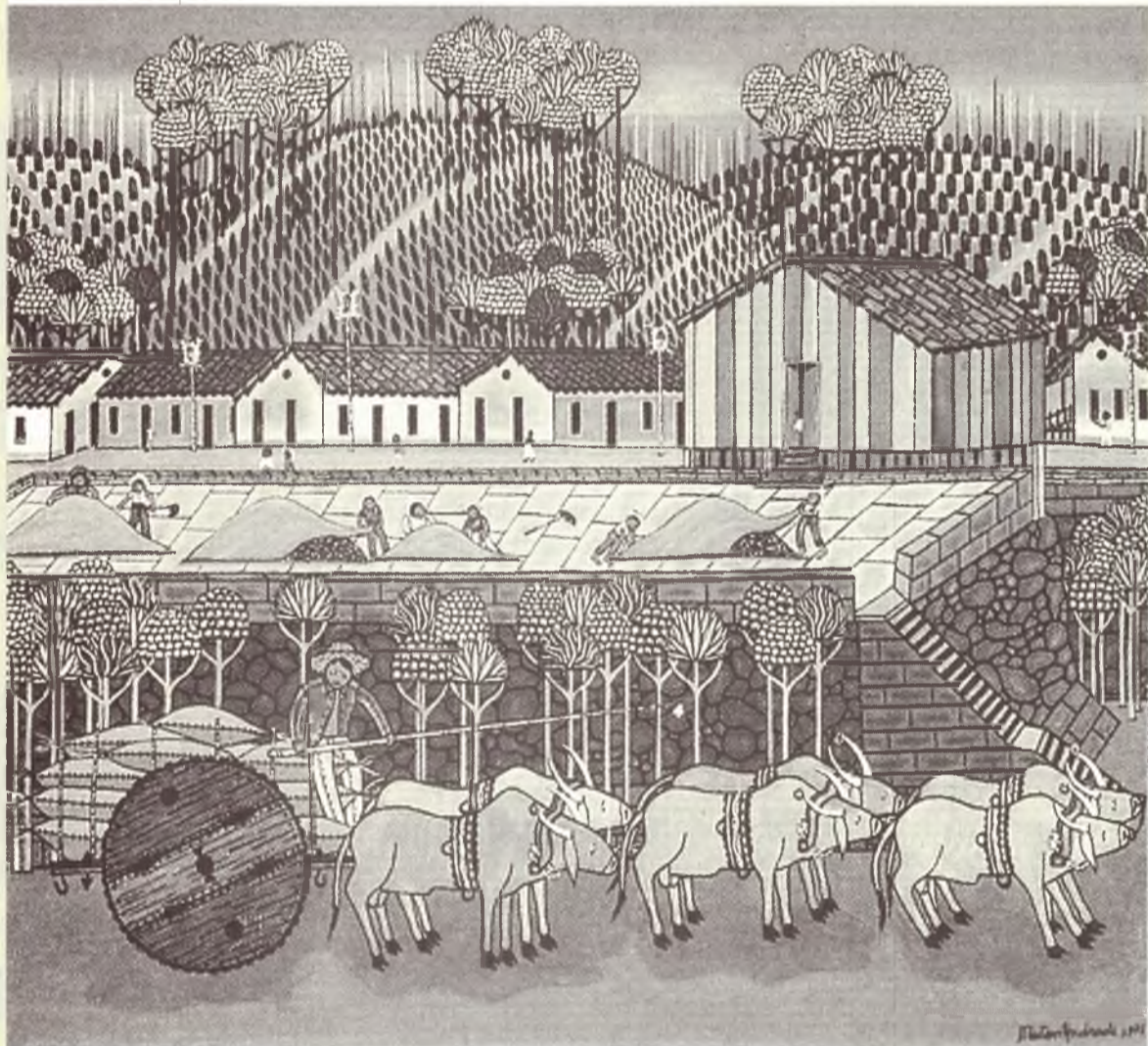
5. 'premiação' dos agricultores que conseguiram pagar as suas dívidas, oferecendo-lhes uma linha especial de crédito.

Portanto, toda a ação do PT na Câmara dos Deputados pela elaboração do citado projeto de lei foi pautada pelo estabelecimento de uma equação visando a resolução efetiva do estoque das dívidas, com justiça social, ao mesmo tempo em que restringe atos de "permissividades" com o Tesouro Nacional e "liberalidades" com caloteiros contumazes do crédito rural.

Acreditamos que mesmo a eventual viabilização desta proposta não sana as causas da crise agrícola; sua superação requer medidas de erradicação dos fundamentos do atual programa econômico.

Uma nova política agrícola, associada a um programa massivo e efetivo de reforma agrária, constituem medidas indispensáveis para o enfrentamento do dramático quadro social brasileiro e para a retomada de um projeto sustentável de desenvolvimento econômico do país que promova a cidadania e a erradicação da pobreza e da miséria que incide sobre milhões de brasileiros.

DR. ROSINHA É DEPUTADO FEDERAL DO PT DO PARANÁ.



NEILTON DE ANDRADE, CÂMERA DE SÃO PAULO, 1977

A dívida acumulada por milhares de agricultores brasileiros junto ao crédito rural constitui um dos indicadores mais evidentes da profunda crise sócio-econômica vivida pela agricultura nacional. As origens desse processo estão relacionadas com a ruptura do padrão de financiamento da economia brasileira vigente até a década de 1970. A economia brasileira passou a conhecer altas taxas inflacionárias acompanhada de um forte quadro recessivo.

No diagnóstico da crise, oportunamente, os governos da época elegeram os subsídios concedidos

crédito rural relacionou-se com a extinção, em 1985, da Conta-Movimento do Banco do Brasil, pondo fim aos subsídios e aos volumosos recursos oferecidos ao financiamento da atividade agrícola.

As mudanças no modelo de crédito rural não conseguiram ser assimiladas pelos setores produtivos da agricultura, dada a diferença entre a evolução dos custos dos financiamentos e as receitas geradas pela atividade. Daí resultou um processo crescente de comprometimento patrimonial e de renda do setor, alimentando o progressivo endividamento agrícola.

A S S I N E

REVISTA SEM
TERRA

Assinatura anual (4 números) - R\$ 25,00

Fone/Fax: (011) 3361-3866 - E-mail: semterra@mst.org.br

A S S I N E

CORREIO DA CIDADANIA

Assinatura anual (50 números) - R\$ 25,00
Assinatura semestral (25 números) - R\$ 50,00

Telefax: (011) 3021-5409 E-mail:correio@cidadanet.org.br

AS RELAÇÕES DE TRABALHO SOB FHC

Os debates em torno do mundo do trabalho sugerem que estamos em meio a mudanças significativas e definitivas. Mudanças na produção, no gerenciamento, no significado do trabalho: o fordismo e seu estilo produtivo estariam dando lugar a um outro regime, caracterizado pela flexibilização, e essa realidade exigiria um novo tipo de relação de trabalho.

Esse novo contexto, que divide os trabalhadores entre os que trabalham excessivamente, no mercado formal ou informal, e aqueles que se vêem definitivamente excluídos de qualquer atividade remunerada, tem imposto novas regras legais. No Brasil neoliberal de FHC, as leis tornam-se cada vez mais flexíveis e as condições de trabalho se precarizam; enquanto isso, o parlamento deixa de regulamentar as poucas conquistas da Constituição de 1988.

A seguir comentamos algumas das leis dessa "nova ordem".

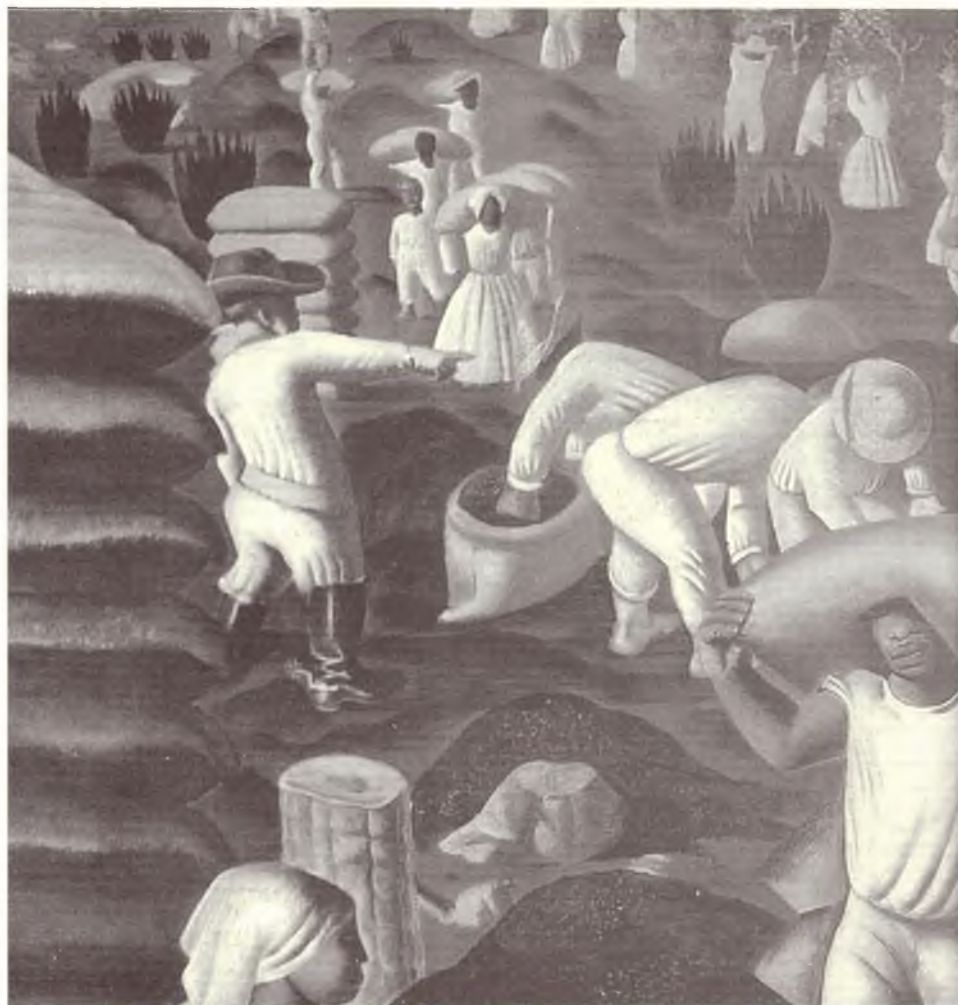
LEI 9601/98

Essa lei representa o maior esforço governista de precarizar as condições formais de trabalho. Primeiro, através do contrato temporário, estabelecido por meio de negociação coletiva, em que o empregado pode ser contratado diretamente pela empresa, por um período de até 2 anos, sem ter direito a indenizações ao ser dispensado; esse empregado tem ainda reduzidos alguns direitos, como os valores dos depósitos do FGTS. Segundo, pela possibilidade de se instituir uma jornada de trabalho flexível, que o movimento sindical habituou-se a chamar de "banco de horas", e que também depende de negociação. Essa jornada passa a ser contada por ano, ao invés de semanalmente. Com isso, o patronato impõe um controle absoluto não só do tempo de trabalho do empregado, como também do tempo dedicado a outras atividades, isto porque a empresa poderá aumentar a jornada no pico de produção, e compensar reduzindo a jornada em momentos de parada ou queda de produção. A jornada ampliada invadirá a vida do trabalhador, comprometendo tempos não dedicados ao trabalho.

A lei cria uma clivagem entre os empregados de uma empresa: uns contratados normalmente, outros contratados sem direitos básicos; uns trabalhando em jornadas flexíveis e mais extenuantes, outros em jornadas normais.

LEI 9300/96

A lei altera as relações de trabalho rural, reduzindo o valor das verbas rescisórias dos trabalhadores. O mecanismo é simples: desconsidera-se que as parcelas recebidas como salário *in natura*, pelo trabalhador, ao longo da sua relação de trabalho, devam ser integradas ao salário para efeito de indenização pós-dispensa. Antes da lei, um assalariado rural, que durante o contrato de trabalho, recebeu do patrão uma casa para morar, tinha essa vantagem transformada em uma quantia líquida, em dinheiro, e incorporada ao salário para, daí, ser calculada a remuneração-base para o cálculo das verbas rescisórias. Isso acabou. Assim, a mão-de-obra rural torna-se ainda mais barata, e cresce a sua dependência ao empregador.



MEDIDA PROVISÓRIA 1878

Regulamenta a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. A MP, que vem sendo reeditada desde finais de 1994, não prevê a participação dos trabalhadores ou dos sindicatos na definição de critérios para o cálculo e distribuição dos lucros, e no acesso às informações sobre movimentações e lucros empresariais. E mais: considera a parcela a ser distribuída como eventual, sem incorporação ao salário. A participação nos lucros, sem a fundamental transparência de informações, tem servido para o patronato como forma de anulação de reivindicações de reajustes salariais. Não há, pois, controle sobre o que é pago. A MP prevê ainda o trabalho dos comerciantes aos domingos, sem consulta aos trabalhadores.

MEDIDA PROVISÓRIA 1779

Possibilita o trabalho em tempo parcial e salários reduzidos. Refere-se a jornadas de até 25 horas semanais e férias irrisórias de oito dias anuais. A MP dispõe ainda sobre "demissão temporária": supostamente para evitar demissões, o empregador suspende o empregado por um período entre 2 e 5 meses, sem pagá-lo salários. Nesse período, o empregador é obrigado a promover curso de qualificação para o empregado suspenso, com bolsa custeada pelo FAT. Não há garantias que a bolsa tenha valor igual ao salário, e nem de recolhimentos previdenciários nesse período. Isto é: o Estado (verba pública) financia a empresa para precarizar o trabalho.

LEI 9608/98

É o trabalho voluntário em favor de entidades sem fins lucrativos. Tudo depende de um Termo de Adesão assinado pelo trabalhador. São duas condições frá-

geis e passíveis de fraude. Rigorosamente, para a CLT, um trabalhador que presta serviço voluntário não tem vínculo de emprego, e por isso não gera obrigações para a empresa beneficiária. A partir do Termo, o trabalhador voluntário não recebe salário ou qualquer tipo de vantagem, já que declarou que aquela atividade era espontânea, sem a obrigação de uma contraprestação onerosa.

LEI 9615/98

Ou "lei Pelé", que precariza o trabalho em duas situações. A primeira é o *passé*, em que o atleta vincula-se duplamente com o clube empregador: pelo contrato de trabalho e pelo caráter desportivo. Com isso, o atleta apenas pode exercer sua profissão em um determinado clube, e mesmo que deseje se desligar do clube, fica impedido de trabalhar em um outro. O trabalhador fica preso ao patrão. A segunda é a figura do atleta semi-profissional, que é aquele entre 16 e 18 anos, e que não pode ser considerado como profissional e que sequer recebe salários, mas apenas bens materiais ou instrumentos de trabalho; ainda assim, ele é proibido de deixar do clube (empresa), sob pena de não poder exercer sua atividade.

DECRETO 2100/96

O governo FHC desistiu da Convenção 158 da OIT, retirando essa norma pública internacional do direito interno brasileiro, sob a justificativa de que a Convenção vinha tumultuando as relações de trabalho, face a decisões judiciais com entendimentos distintos. Uma outra razão seria a incompatibilidade entre a norma e a conjuntura globalizada. Palavras ao vento: o conflito de entendimentos é resolvido pelo judiciário, e nenhum outro país até hoje desistiu da norma da OIT. Com a desistência da Convenção, o governo impede a limitação do poder do empregador para despedir o empregado.

FHC IMPÕE AO PAÍS UMA POLÍTICA DE RETIRADA SISTEMÁTICA DE DIREITOS DOS TRABALHADORES, QUE IMOBILIZA OS SINDICATOS.

CARLOS EDUARDO FREITAS

PORTARIA 865/95

Responsável por estabelecer práticas de inspeção do trabalho para assegurar o cumprimento de normas públicas e impedir a sonegação de direitos trabalhistas, o Ministério do Trabalho passou a impedir que seus fiscais punam empresas desrespeitadoras de direitos firmados em negociações coletivas. Ao mesmo tempo, permite que acordos ou convenções reduzam direitos já fixados em leis, tornando livre o estabelecimento de cláusulas precarizantes, como o contrato de trabalho temporário, com redução de direitos básicos.

CONCLUSÕES

Estas alterações apontam para um conjunto de prejuízos que atingem diretamente os trabalhadores:

- As iniciativas do governo nas relações de trabalho reduzem direitos individuais (salários, FGTS, aviso-prévio, férias) e custos do trabalho (contribuições ao Sistema S, INCR, salário-educação e seguros de acidentes de trabalho).

- É criada uma camada de trabalhadores formais de segunda categoria, destituídos de direitos básicos (trabalhadores parciais, terceiros, temporários, semi-profissionais, voluntários, à domicílio).

- Esses trabalhadores precários tendem a substituir paulatinamente aqueles contratados por prazo indeterminado.

- Os novos contratos não compõem uma política de geração de empregos formais, mas tendem a informalizar (na forma de subempregos legalizados) postos formais.

- O conjunto de trabalhadores precários permanecem pouco tempo em uma mesma empresa, e possivelmente em uma mesma atividade ou setor, o que dificulta sua identidade enquanto parte de uma categoria, de um coletivo, e assim, a sua integração ao sindicato.

- Os sindicatos se imobilizam diante das formas precárias oferecidas pelo capital em negociações coletivas. Com as opções reduzidas a demissão ou a precarização, os sindicatos são empurrados para a segunda delas, alimentando a tendência de redução de direitos, e, no máximo, apenas adiando as demissões.

O governo FHC distorce o caráter das negociações coletivas, que deixa de ser um meio de busca de autonomia dos trabalhadores, para, ao contrário, afirmar a super exploração que o capital impõe ao trabalho, destruindo os espaços políticos das coletividades dos trabalhadores.

CARLOS EDUARDO FREITAS É ADVOGADO E ACESSOR DA BANCADA FEDERAL DO PT

A TESE DO "CAMPO MAJORITÁRIO" PARA O CONGRESSO NÃO TRAZ NADA DE NOVO NO DEBATE PROGRAMÁTICO E APONTA COMO MAIOR PROBLEMA DO PT NÃO CONSEGUIR ABRIR-SE PARA A SOCIEDADE.

JOÃO MACHADO

A pré-tese apresentada pelo chamado "campo majoritário" do PT, *O Programa da Revolução Democrática*, começa dizendo que "o 2º Congresso é um acontecimento de relevância para o Partido dos Trabalhadores e para toda a sociedade brasileira", que "o PT se debruça sobre sua história, busca traçar diretrizes para o século que se avizinha". Afirma também que "os debates terão de contribuir para a construção de alternativas à crise atual, decorrente da desestruturação social e da desconstrução nacional em que o país está mergulhado", que "o Congresso se realiza em uma conjuntura mundial complexa e incerta".

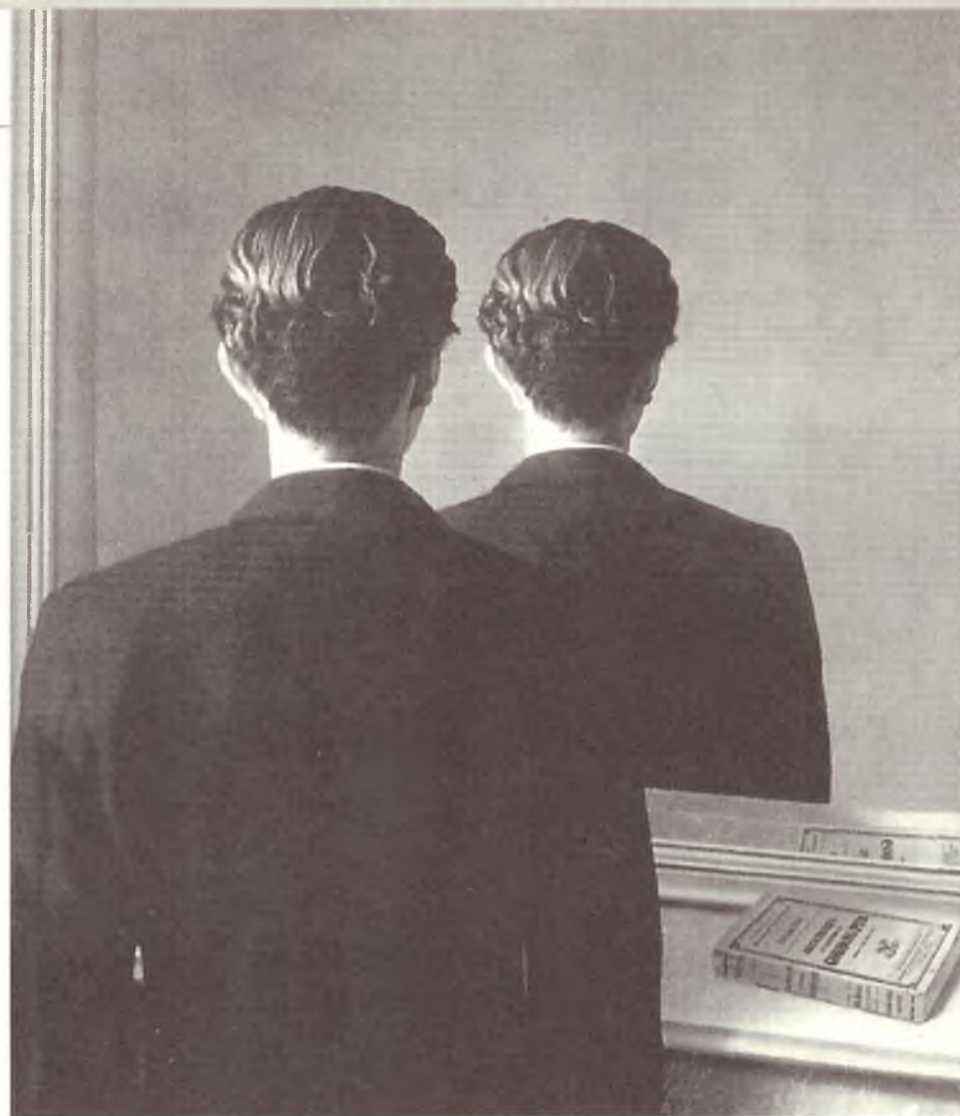
O que se pode concluir desta abertura é que o Congresso deverá marcar mudanças importantes, capazes de mudar os rumos do PT e de influenciar a sociedade brasileira; que a discussão que começa avaliará a trajetória do partido e lançará idéias que orientarão o PT no próximo século; que os desafios políticos e programáticos de hoje são mais dramáticos do que os que o PT enfrentou em qualquer momento anterior.

NENHUMA MUDANÇA

É uma definição das exigências colocadas para o Congresso muito ambiciosa. No entanto, as idéias apresentadas nesta pré-tese em nada se mostram afinadas com a grandeza anunciada; sequer parecem poder contribuir para alguma alteração significativa na vida do PT. E não refletem em nada a constatação de que a situação do país e do mundo é mais grave do que antes.

Não que faltem completamente boas propostas: há algumas bastante positivas (ao lado de outras nem tanto). O que não se vê em momento algum é alguma idéia nova, ou que aponte para alguma mudança no que o PT vem fazendo; ou ainda uma análise que contenha qualquer visão crítica da trajetória do PT. A julgar por esta pré-tese, o PT entra no século XXI como um partido profundamente satisfeito consigo mesmo, e não terá nada melhor a fazer do que o que já está fazendo, com correções de rota pouco relevantes. E com relação aos gravíssimos desafios colocados para o Brasil e para todas as nações e povos, o que há a desenvolver é o programa que o PT já vem propondo desde 1994. Poucas vezes uma vastidão tão grande de intenções terá produzido resultados tão parcos.

O primeiro tema discutido é o do programa do partido. Começa com uma análise da situação brasileira atual, intitulada "a modernização conservadora", em que se descreve o processo da



RENÉ MACGILLITE, REVOLUÇÃO ROLÍVIA, 1977

UM PARTIDO SATISFEITO CONSIGO MESMO

"hegemonia neoliberal afirmada no governo FHC, na esteira do trabalho iniciado por Collor" (seria mais exato dizer que na verdade este "trabalho já havia se iniciado na última fase do governo Sarney, e que depois de Collor teve continuidade com o governo Itamar). O conteúdo desta parte corresponde a discussões já bastante consolidadas no partido. Contudo, é questionável que se caracterize o que está acontecendo no país como "modernização conservadora".

Este nome é mais próprio, por exemplo, para o que foi feito na época da ditadura militar. O país cresceu, de certa forma se desenvolveu, embora com a conservação do poder das elites, o aumento das desigualdades, o afastamento do povo das decisões, etc. Para o que se passa hoje, parece muito mais próprio falar de "recolonização do país", de "retrocesso histórico" ou "consolidação da condição subalterna do Brasil". A expressão usada na própria pré-tese, "desestruturação social e desconstrução nacional", descreve melhor o que está acontecendo.

SOBRESSALTOS E PEQUENAS RUPTURAS

A alternativa do PT é chamada, como vem sendo feito desde 1994, de "alternativa da revolução democrática". Embora possamos preferir uma ênfase maior na defesa do socialismo, é um nome aceitável. O problema é que o conteúdo proposto, além de não acrescentar rigorosamente nada ao que o PT já vem defendendo desde 1994, em diversas passagens procura reduzir o alcance da "revolução" proposta. Por exemplo, é dito que "as mudanças produzirão sobressaltos e pequenas (sic) rupturas, determinadas essencialmente pela resistência dos 'de cima' e pela necessidade de soluções urgentes às reivindicações populares". Mas se levamos a sério a afirmação de que há hoje um processo de

desconstrução nacional, de desestruturação social, será necessário não apenas uma grande, mas uma imensa ruptura!

Mais adiante, diz-se que "o Brasil permite (e exige) uma nova política econômica, mesmo levando em conta os graves constrangimentos internacionais atuais". Há aí uma disposição de aceitar o quadro internacional vigente que reaparece várias vezes no texto. Mas ela tornaria inviável a aplicação de um programa conseqüente.

Os "graves constrangimentos internacionais atuais" significam um reforço das estruturas imperialistas sem paralelo na história deste século. Com este quadro não há nenhuma possibilidade de progresso social para um país dependente como o Brasil. A idéia mencionada de "disputar posições no mercado mundial", por exemplo, significa aceitar a lógica da competitividade mercantil-liberal, entrar no caminho de "reduzir o custo Brasil", de "reformular o Estado" para reduzir seus custos para o capital, de "flexibilizar a legislação trabalhista", etc.

Ou seja: a realização uma "revolução democrática" no Brasil só pode se viabilizar com a construção simultânea de uma outra ordem internacional. Não podemos buscar nossa "inserção soberana" na ordem existente. Aliás, a pré-tese defende muito corretamente "denunciar o acordo vigente com o FMI, controlar soberanamente o câmbio, auditar a dívida externa, renegociá-la, pagando apenas o devido e, se for o caso, suspender seu pagamento". É preciso ser conseqüente: este caminho só é coerente com outra ordem internacional, baseada na soberania e na cooperação entre os povos, e não no jogo do mercado.

Outra suavização injustificável do "programa da revolução democrática" é a defesa de uma "reforma radical do sistema financeiro que deverá orientar-se mais decisivamente para o fomento da

produção". Como se este sistema estivesse orientado para a produção "pouco decisivamente"!

Finalmente, há um tema essencial cuidadosamente contornado no programa: o do setor estatal da economia. O que defendemos, por exemplo, para os setores que foram privatizados contra a opinião do PT?

ESVAZIAMENTO DA DEMOCRACIA INTERNA

A parte da pré-tese sobre *O Momento Atual e as Perspectivas* é provavelmente a melhor: reflete as discussões feitas nos últimos meses no Diretório Nacional, que permitiram ao PT passar a defender a necessidade de impulsionar a mobilização social com o objetivo de chegar a um novo governo para o país. É positivo que o "campo majoritário" tenha incorporado como suas várias formulações que haviam sido propostas por setores da esquerda do partido.

Por outro lado, a parte da pré-tese sobre *A Construção Partidária*, bastante curta, é sem dúvida a pior. Além de fazer uma avaliação fantasiadamente positiva dos avanços organizativos do PT nos últimos anos, aponta como maior problema do partido o de estar "em grande parte voltado para si mesmo", sem conseguir "abrir-se mais para a sociedade". A única proposta concreta formulada é a de "eleições diretas para os dirigentes em todos os níveis".

Para começar: como poderia estar "voltado para si mesmo" um partido do qual a maioria dos dirigentes só se preocupa com o que sai na grande imprensa?

O grande problema do PT, ao contrário, é o de não ter vida interna como partido, não ter nenhum (ou quase nenhum) espaço para participação dos filiados que não são membros de instâncias dirigentes ou de estruturas de mandatos parlamentares (ou de executivos). Têm um peso cada vez maior no PT os dirigentes (do nível municipal para cima; as zonais ou os núcleos são quase sempre ficção) e os esquemas de gabinetes. A imensa maioria dos filiados do PT só participa dele de dois em dois anos, em geral "carregada", para depositar seu voto em uma urna para eleger delegados e dirigentes, sem realizar nenhuma discussão. Por isso mesmo, muitos militantes antigos se afastaram do PT. As campanhas eleitorais do partido — cada vez mais caras — são crescentemente realizadas por gente paga para isto.

O "campo majoritário", que defende de forma entusiástica as regras que viabilizam este tipo de funcionamento, é o grande responsável por este enorme esvaziamento da democracia interna. Esta situação vem piorando ano a ano. Em 1999, o símbolo desta desmoralização são muitas (a grande maioria?) das novas filiações do Rio de Janeiro. Mas a situação aí não é muito diferente de muitos outros lugares, a começar pela cidade de São Paulo, em que há uma disputa acirrada entre esquemas concorrentes internos ao próprio campo "majoritário".

Finalmente, a proposta da "eleição direta" para todos os dirigentes só pode piorar as coisas, aumentando a despolitização do processo, tornando quase impossível discutir propostas, e reforçando a influência da grande imprensa nos destinos do partido.

JOÃO MACHADO É ECONOMISTA E MEMBRO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PT.

MARXISMO, PARTIDO E REVOLUÇÃO

A humanidade chega ao final do século num grande vazio de horizonte histórico com legitimidade e perspectiva futura. A hegemonia do neoliberalismo produziu resultados sensíveis na imposição de um modelo de mundialização do capital sob direção do capital financeiro.

Os saltos espetaculares de novas tecnologias na produção e, principalmente, nas comunicações jogaram um papel decisivo para justificar esse processo.

A globalização é ideologicamente vinculada pela mídia, grande e pequena, como algo inevitável – caminho único que todos os países devem trilhar, baseados nas diretrizes essenciais da desregulação dos mercados, do privatismo, do individualismo e de um Estado mínimo. Se é inquestionável o predomínio econômico em escala planetária desta concepção reconstruída a partir do Fórum Econômico Mundial, de Davos, sobre velhos conceitos do liberalismo, não é menos verdade sua fragilidade enquanto “concepção do mundo”.

Esse liberalismo exacerbado é incapaz de construir um horizonte dotado de valores éticos, morais e políticos que articulem uma sólida dominação de classe, combinando coerção e legitimidade de forma duradoura. Seus principais apelos ideológicos não sintonizam com a vida cotidiana, real, das pessoas e estas não aderem nem defendem esse modo de vida como seu. Sofrem as consequências, são integradas mais por imposição do que convencimento. A aceitação é superficial, marcada pela repetição do senso comum e pelo poder da mídia, mas, no confronto com a denúncia e a mobilização sintonizadas com a realidade, tende rapidamente a ser revertida.

CRISE IDEOLÓGICA

No quadro de predomínio ideológico neoliberal e de profunda crise das experiências do socialismo burocrático e autoritário, houve um evidente enfraquecimento do referencial teórico representado pelo marxismo em suas várias correntes. Isso atingiu, também, a compreensão do papel e das funções de instituições políticas como partido, parlamento, estado, etc. Mesmo intelectuais e militantes de partidos com vínculos históricos com o marxismo foram influenciados por essa crise, que os levou a abandonar essa concepção de mundo ou relativizá-la como instrumento teórico para analisar a realidade e as instituições políticas. Em muitos casos o abandono foi explícito, com a adesão à ideologia neoliberal, às vezes disfarçada pela inevitabilidade da “globalização”, do desenvolvimento científico tecnológico, de uma nova revolução dos meios de produção. Em outro caso, não menos influente e perigoso, temos a relativização e a ascensão dos critérios e dos valores do pragmatismo conjuntural, dos resultados eleitorais, das alianças governamentais marcadas pelo imediatismo ocasional, sem uma estratégia que as sustentem numa coerência de longo prazo.

Esta é uma das mais importantes questões a serem enfrentada pela esquerda brasileira e principalmente pelo PT. O marxismo continua sendo o principal instrumento teórico na crítica do capitalismo e na compreensão do processo his-

tórico da humanidade, evidentemente, despido de interpretações e leituras mecanicistas que marcam a teoria e a prática das experiências burocráticas do século XX.

A força do marxismo reside exatamente na sua capacidade de autocriticar-se e basear-se num método de conhecimento que incorpora as mudanças e a situação de cada nova realidade. A abertura e a compreensão para o dinamismo permanente desse processo não elimina a necessidade de termos, como indivíduos e como partidos, uma concepção de mundo e de interpretação da realidade sob pena de perda de referência para sobrevivermos enquanto vontade coletiva.

A LUTA PELAS IDÉIAS SOCIALISTAS

Estamos vivendo, na prática, a constatação de que nunca foi tão necessário manter o debate ideológico na sociedade e entre nós. Os milhões de jovens e de cidadãos que a cada ano assumem a condição de cidadania, de associação partidária e buscam referências teóricas e programáticas para orientar a sua ação encontram cada vez menos essas referências no debate existente na sociedade. Há algumas décadas, nos anos 60, por exemplo, ingressava-se num partido ou se assumia a prática política no país sob a égide de referências teóricas de experiências vividas na América Latina e no mundo que estavam presentes nas orientações que assumíamos.

O pensamento único de globalização tenta reduzir isso a um discurso que tende a tornar todos os partidos “iguais”, meros instrumentos de apresentar e eleger candidatos aos parlamentos dos governos. As diferenças ficam mais tênues e no campo de alguns valores de competência, honestidade e de maior ou menor compromisso democrático. O caráter de classe, de exploração social como elementos essenciais do sistema capitalista tendem a não aparecer ou serem diluídos na teoria e na prática partidárias.

A facilidade com que partidos socialistas ou democráticos populares transformaram-se nos protagonistas principais de governos neoliberais e globalizantes é ilustrada por inúmeros exemplos na Europa e na América Latina. Isso ocorre não apenas por causa de direções “traidoras” ou pela “cooptação” de governantes e parlamentares. A diluição e a ausência do debate ideológico, a falta de formação permanente de quadros e da manutenção programática viva são também responsáveis por essas derrotas ou abandono de coerência programática.

Os economistas do governo, pugilista do FMI e do grande capital financeiro transformaram-se nos “filósofos” do mundo contemporâneo. Predominaram na disputa da mídia pela “explicação” do mundo que defendem sem terem que enfrentar uma resistência maior na produção teórica da academia e da intelectualidade de esquerda. Contam-se nos dedos os que resistiram e se contrapuseram aos encantos da pós-modernidade, da globalização e da onipresença do mercado. Afinal, quem não sintonizasse com isso tinha o silêncio da maior parte da mídia e a pecha de dinossauro.

O pluralismo e a convivência com correntes de pensamento idealistas num partido como o PT não exige que os marxistas abdicuem de desenvolver o deba-

te ideológico sobre esse temas que nenhuma conjuntura ou situação circunstancial pode determinar como simplesmente inoportunos ou equivocados. Não o fazer significa aceitar a hegemonia crescente de ideologias e métodos de conhecimento que não dão conta da realidade. Significa abdicar de nossa concepção do mundo.

Os socialistas brasileiros, nosso partido em particular, dificilmente ultrapassarão os enormes desafios e obstáculos que teremos nos próximos anos sem a manutenção e o fortalecimento de uma ideologia que sustente sua luta

OS SOCIALISTAS
BRASILEIROS NÃO
ULTRAPASSARÃO OS
ENORMES DESAFIOS QUE
TEM PELA FRENTE SEM UMA
CONCEPÇÃO DE MUNDO
QUE SUSTENTE SUA LUTA
ANTICAPITALISTA.

RAUL PONT



anticapitalista e por uma sociedade onde não predomine a exploração e a exclusão social.

Do nosso ponto de vista, esse instrumental teórico é o marxismo que continua como a principal referência para a compreensão e transformação da sociedade capitalista.

Esse final de milênio nos coloca, é claro, um conjunto de novos desafios no campo da ecologia, das contradições novas ou que penduram nas relações de gênero e raça. É flagrante o desafio das profundas mudanças que as inovações científicas e tecnológicas colocam no desenvolvimento dos meios de produção e as relações de produção daí decorrentes.

A atualidade do diagnóstico do Manifesto cento e cinquenta anos depois, no entanto, também é inegável e presente. Os mecanismos básicos e essenciais da luta de classes, da acumulação capitalista, da concentração e centralização do capital, da evidência dos conflitos nacionais e regionais na mundialização do capital – por mais que tentem nos convencer da “globalização” – demonstram que a contribuição teórica do marxismo continua válida e atual para a prática dos socialistas. Em muitos casos, as novas realidades desafiam nossa capacidade crítica e de produção teórica sobre as novas práticas sociais. Em outros, só não podemos perder a memória histórica de nossas próprias lutas. A experiência histórica das lutas sociais deste século e a prática de democracia direta que impulsiona-

mos em algumas cidades que governamos, por exemplo, já são mais que suficientes para dotarmos o partido de um programa e de propostas mais avançadas sobre o parlamento, os partidos e seu funcionamento, os governos na sua relação com a sociedade. O que tem predominado na medida em que crescemos nos parlamentos e nos executivos é aceitação das regras da jogo e a sua reprodução é cada vez mais natural.

Há casos gritantes. Cada vez mais aceitamos como inevitável o regime representativo brasileiro, o bicameralismo, um sistema eleitoral que ainda não pratica nem a conquista do século XVIII de que “a cada cidadão corresponde um voto”.

Sem um referencial marxista, sem uma absorção programática da sociedade de classes, sem um revigoramento teórico e programático corremos um sério risco de sermos mais um “partido da ordem”.

Nosso maior antídoto, também este recolhido das lutas sociais deste século, é que somos um partido democrático, profundamente democrático e onde este debate ideológico pode fluir. Este, no entanto, não é espontâneo, natural. Só ocorre pela organização daqueles que pensam e agem dessa forma e disputam a hegemonia e a construção programática e partidária.

RAUL PONT É MEMBRO DO DN DO PT E PREFEITO DE PORTO ALEGRE.

O LIVRO DE DANIEL BENSATID TRAZ PARA O BRASIL UMA IMPORTANTE DISCUSSÃO ATUAL SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO MARXISMO COMO PENSAMENTO REVOLUCIONÁRIO.

JOSÉ CORRÊA LEITE

Acaba de sair a edição brasileira de *Marx, o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica*, de Daniel Bensaid (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999). Lançado na França em 1995, este livro é provavelmente a mais importante contribuição para a reorganização do pensamento revolucionário da última década, um ambicioso esforço de releitura da obra de Marx para reposicioná-la frente aos grandes desafios de nossa época.

Em *Tempo* já divulgou um dossiê sobre *Marx, o intempestivo* com comentários de Michael Löwy, Enzo Traverso e Juarez Guimarães, ao qual remetemos o leitor (*Em Tempo* 287, abril de 1996, páginas 14 a 19). Aqui vamos localizar os eixos da leitura de Marx empreendida por Bensaid e avaliar seu papel no movimento de reestruturação de um pensamento crítico, anticapitalista e emancipador.

UM PENSAMENTO ENGAJADO

Líder estudantil do maio de 1968, dirigente da Liga Comunista Revolucionária e da Quarta Internacional, professor de filosofia na Universidade de Paris VII (Saint-Denis), Daniel Bensaid é autor de 15 livros. Até o final dos anos 80 seus textos eram intervenções sobre a vida política francesa (os governos do

MARX, O INTEMPESTIVO

PS, o legado da Revolução Francesa, a figura de Joana D'Arc, 1968) ou reflexões sobre o estatuto da política marxista (*La révolution et le pouvoir* [A revolução e o poder], de 1976, *Stratégie et parti* [Estratégia e partido], de 1987). Este tema foi, na verdade, se consolidando como o fio condutor que percorre toda a obra de Bensaid.

Walter Benjamin, *sentinelle messianique* [Walter Benjamin, sentinela messiânica] (Paris: Plon, 1991) constitui um ponto de inflexão nesta trajetória. Aí, Bensaid fundamenta uma concepção de história distinta da dominante na tradição marxista, onde o socialismo nadaria a favor da corrente com a acumulação de capital e o desenvolvimento da técnica e das forças produtivas. O autor de *Paris, capital do século XIX* extraiu da obra de Marx uma concepção de ruptura forçada com uma história que caminha para a catástrofe, trajetória contra a qual os seres humanos podem e devem se rebelar. Bensaid coloca esta concepção no centro de sua releitura de Marx, empreendida em dois livros de 1995, *La discordance des temps* [A discordância dos tempos] (Paris: Éditions de la Passion) e *Marx, o intempestivo*.

Bensaid parte, aí, de uma premissa: o fundamento do "atual ainda ativo" do pensamento de Marx é sua crítica do capitalismo: "Essa vitalidade é antes de tudo a da universalização e da vitalidade mórbida do próprio capital. Tornando-se efetivamente planetário, ele é mais do que nunca o espírito de nossa época sem espírito e o poder impessoal do reino da mercadoria. Nosso nublado horizonte e nosso triste quinhão. Enquanto o capital continuar dominando as relações sociais, a teoria de Marx permanecerá atual, e sua novidade sempre recomeçada constituirá o reverso e a negação de um fetichismo mercantil universal" (p. 11/12).

O que para aqueles que empreendem uma defesa doutrinária da atualidade do marxismo é a conclusão, para Bensaid é o ponto de partida em *Marx, o intempestivo*. O pensamento de Marx só pode recuperar sua efetividade para orientar a luta emancipadora se desenvolver todas as suas potencialidades críticas—se, além da "crítica da economia política", for também uma crítica radical das bases da civilização moderna. Não é surpreendente que Bensaid reivindique como guias, nesta reestruturação do legado marxista, Benjamin e Gramsci, que se colocaram "contra o culto sonolento do progresso e suas promessas quase sempre ilusórias", "aprofundando a crítica messiânica da abstração temporal" e tirando "as consequências da indecisão intrínseca do conflito: 'só se pode prever a luta.' Daí resulta uma noção de política como estratégia e uma noção do erro como risco inelutável da decisão" (p. 15/16).

O Marx de Bensaid não é o fundador de um sistema fechado, mas o instaurador de um paradigma de pesquisa coextensivo à modernidade. A pluralidade dos "marxismos" encontra-se, sem ecletismo, em uma tensão produtiva, no próprio Marx. "Dividido entre seu fascínio pelo modelo físico da ciência positiva e sua fidelidade à 'ciência alemã', entre o canto de sereia do progresso e a recusa dos seus paraísos artificiais, Marx desentende-se por um nada com sua própria sombra e esperneia nas mãos dos próprios espectros. Atravessado por contradições não resolvidas, seu pensamento não se mostra inteiramente homogêneo. Nem por isso é incoerente ou inconsistente. O núcleo do seu programa de pesquisa ainda permite que interroguemos nosso universo dentro da perspectiva de mudar o mundo... Nenhuma doutrina, portanto, mas a teoria de uma prática suscetível de várias leituras. Não de qualquer leitura" (p. 12/13).

O TEMPO ROMPIDO DA HISTÓRIA

Bensaid mostra como, nos alicerces da crítica da economia política, sustentando-a, encontramos em Marx também uma crítica da razão histórica, uma crítica da razão sociológica e uma crítica da positividade científica, fundamentais para a prática política socialista e para a reflexão teórica que deve orientá-la. Resgatar estas "críticas" é confrontar aqueles que lêem o marxismo como filosofia do progresso, como sociologia das classes ou como ciência da sociedade, diluindo seu caráter de teoria que quer superar o mundo criado pelo mercado generalizado. A força de *Marx, o intempestivo* é a enorme sinergia que resulta da articulação do conjunto destas críticas para a dinamização do pensamento revolucionário nesta virada de século.

O livro é dividido em três partes. A primeira, "Do sagrado ao profano: Marx crítico da razão histórica", mostra como a obra de Marx desacraliza a história. Ela é articulada a partir de uma polêmica com Popper, uma confrontação com o "marxismo analítico" e um capítulo de síntese (que integra também as conclusões de *A discordância dos tempos*), intitulado "Uma nova escuta do tempo".

Baseando-se nos *Grundrisse*, a concepção de história que emerge é marcada por noções como contratempo e discordância dos tempos, uma representação não linear do tempo humano, perpassado pelo conflito, por avanços e recuos e pelo desenvolvimento desigual. A discordância dos tempos é inerente ao mundo do capital, caracterizado pelo desequilíbrio e instabilidade permanentes, pela assincronia de seus ciclos e pelos efeitos imprevisíveis dessa impossibilidade de se atingir uma consonância das várias esferas. Bensaid apoia-se, aqui, em uma leitura de Benjamin que compartilha com Michael Löwy (ver, por exemplo, *Redenção e utopia*). São

A EXIGÊNCIA DA CRÍTICA

NOS ÚLTIMOS ANOS, UMA FILOSOFIA CRÍTICA VOLTOU A APARECER NA FRANÇA, COMO PARTE DAS NOVAS CONDIÇÕES POLÍTICAS E IDEOLÓGICAS.

Depois da era da "nova filosofia", re-vanchista e marcial, depois daquela da bem-pensante social-democracia, estes últimos anos parecem marcar uma nova virada ao restaurarem a exigência de uma filosofia crítica. Isto tem, sem dúvida, alguma coisa a ver com o fato de que o mundo não se comporta melhor depois do colapso do totalitarismo burocrático e da vitória da contra-reforma liberal.

O que é a filosofia? de Deleuze e Guattari (1991) e os *Espectros de Marx* de Derrida (1993) registram as premissas desta mudança de tom. Os primeiros reagiam ao discurso consensual dos Direitos do Homem: "Os Direitos do Homem não nos fazem consagrar o capitalismo... Não nos sentimos fora de nos-

sa época, ao contrário, não cessamos de estabelecer com ela compromissos vergonhosos. Este sentimento de desonra é um dos mais poderosos motivos da filosofia".

É esta intranquilidade crítica que Dominique Lecourt retoma em *Les Piètres Penseurs* [Os medíocres pensadores] (Flammarion, 99), como característica de um pensamento filosófico, para se opor às beatitudes morais da boa consciência contemplativa. Uma filosofia digna desta nome repousa, segundo ele, "nesta idéia simples que, para mudar o mundo, deve-se pensar; e que, para pensar, deve-se querer mudá-lo". Miséros pensadores, os "jornalistas transcendentais" e os "moralistas multimídias" se contentam, ao contrário, em "julgar segundo a divisão supostamente eterna do Bem e do Mal"; basta-lhes, na melhor das hipóteses, "comentar a atualidade, quando não se contentam em colocar em cena seus próprios estados de alma".

Eis os indicadores de uma revolta fortificante contra a inteligência servil e a desistência de pensar. No gênero corrosivo, contribuíram os ensaios recentes de Gilles Châtellet — homenagem lhe seja feita aqui —, *Vivre et penser comme des porcs* [Viver e pensar como porcos] (Exils, 1998), Michel Surya, *De la domination. Le capital, la transparence et les affaires* [Da dominação: o capital, a transparência e os negócios] (Farrago, 1999) e Jean-Claude





Paulo: Cia. das Letras, 1989).

Ao tempo abstrato dos relógios e do dinheiro, ao tempo vazio do progresso, o marxismo de Benjamin e de Bensaïd opõe interrupções e passagens; as discordâncias dos tempos abrem espaço para rupturas políticas. A conclusão é que “a política passa doravante à frente da história”. O marxismo não permite prever o futuro, como faria um oráculo ou almeja a ciência positivista, mas denuncia as catástrofes que nos aguardam se nada fizermos para mudar o futuro, como faz um profeta. Esse messianismo profano é fundamental para uma política que pretente romper com a repetição do mesmo e mudar o mundo. Ele introduz na política a estratégia, o trabalho de acumulação das condições para a instauração do novo. Mas estratégia de quem?

A segunda parte de *Marx, o intempestivo*, “A luta e a necessidade: Marx

crítico da razão sociológica”, resgata a leitura da teoria marxista das classes empreendida por E. P. Thompson. Para Bensaïd, “a noção de classe, segundo Marx, não é redutível nem a um atributo de que seriam portadora as unidades individuais que a compõem, nem à soma dessas unidades. Ela é algo diferente. Uma totalidade relacional e não uma simples soma... Sua abordagem recusa que se veja a classe como uma pessoa ou como um sujeito unificado e consciente, à imagem do sujeito racional da psicologia clássica. Não há classe senão na relação conflitual com outras classes... A realidade dinâmica das classes não cai nunca no domínio inerte da objetividade pura. Sua coesão é irreduzível à unidade formal de uma simples coleção de indivíduos” (p. 147/149).

É a partir desta posição que Bensaïd polemiza com Elster e os defensores do individualismo metodológico e com o

liberalismo de Rawls, analisa as recomposições permanentes das relações de classe nas diferentes fases do capitalismo e, antes de tudo, aquelas hoje em curso, sustentando a atualidade da teoria marxista do valor-trabalho. O sujeito revolucionário não é, para ele, imamente à história, mas constituído nas lutas, a partir da manifestação das múltiplas contradições intrínsecas de um sistema maquínico, baseado na exploração do trabalho pelo capital e no fetichismo da mercadoria.

A ORDEM NA DESORDEM

Na terceira parte do livro, “A ordem da desordem: Marx crítico da positividade científica”, Bensaïd localiza as tensões que perpassam a compreensão de ciência de Marx — procurando resgatar aquilo que na sua concepção dialética de “ciência alemã” se opõe ao positivismo também presente em seu pensamento e antecipa os debates da teoria das ciências de nosso tempo. Trata-se, pois, de se colocar no centro de uma contradição central do pensamento marxista, desdobrando-a dialeticamente na relação necessária que ela tem com o desenvolvimento posterior das ciências.

Marx foi tocado pela “vontade de fazer ciência”, tão forte no século XIX. Mas, se foi “enfeitado pelo canto metálico da ciência inglesa, Marx parece retido pelos laços da ‘ciência alemã’ e os sussuros de uma história onde se juntam as vozes de Leibniz e de Goethe, de Fichte e de Hegel. Esse dilema não superado se mostrará fecundo. Entre o devir ciência da filosofia e o devir política da ciência, entre ciência inglesa e ciência alemã, o pensamento de Marx, em equilíbrio sobre a ponta afiada da crítica, acena para a ‘mecânica orgânica, para a ‘ciência das bordas’ ou dos ‘preenchimentos’, cujos espectros assombram nossa razão instrumental” (p. 283/284).

Bensaïd mostra como a ciência dialética de Marx — lidando com a realidade complexa do comportamento do mundo mercantil, irreduzível à lógica mecânica com a qual trabalhavam as ciências de sua época — antecipou importantes respostas para problemas que só foram assumidos conscientemente pelas ciências com a descoberta da entropia e a formulação, no século XX, da física quântica.

Não se trata de atribuir a Marx qualquer capacidade premonitória, mas de ver como, por sua recusa de se render ao positivismo e ao determinismo, sua obra foi perpassada por uma concepção de ciência capaz de lidar com a abertura intrínseca da história humana ao novo, como a crítica da economia política o conduz à “regiões desconhecidas, onde os comportamentos lógicos afastam-se do modelo clássico” (401). Apoiando-se em Spinoza, Leibniz e Hegel, Marx foi capaz de romper com a representação de um espaço homogêneo e de um tempo linear, substituindo a causalidade mecânica por uma sistêmica, com suas leis tendências, que impossibilitam uma previsão rigorosa mas nem por isso deixam de apreender o movimento da realidade e a articulação entre necessidade e possibilidade. “Considerando o capital como uma relação social dinâmica em desequilíbrio crônico, Marx entrevê, sem ainda poder decifrá-los, ‘os traços do caos sobre a areia do tempo’” (430), o mesmo problema com que se defrontariam as ciências naturais e que Bensaïd recupera no seu diálogo com a ecologia, no capítulo final do livro.

UM PROGRAMA DE PESQUISA

A obra teórica de Daniel Bensaïd se desdobra em torno de alguns eixos temáticos claros: a concepção de uma história permanentemente rompida; uma visão não determinista de ciência, capaz de lidar com a complexidade e a imprevisibilidade da história humana; o debate com a ecologia e as ciências naturais; o desdobramento da crítica do mundo mercantil numa crítica da sociabilidade capitalista e das suas formas históricas; a diagonal de classe percorrendo a sociedade gerando conflitos e servindo de suporte à constituição de sujeitos políticos; e uma reflexão sistêmica sobre o campo político e as condições da ação política revolucionária na atualidade.

É este último tema que Bensaïd retoma em *Le pari mélancolique* [A aposta melancólica] (Paris: Fayard, 1997), onde ele torna profana a aposta de Pascal, agora não mais na existência de Deus, mas na possibilidade de construir, através da atividade política, uma outra sociedade, empreendendo nesta reflexão um intenso diálogo com a obra de Hanna Arendt. E Bensaïd prossegue a discussão da ação política em suas últimas obras, a coletânea que lançou com Christophe Aguitton, *Le retour de la question sociale* [O retorno da questão social] (Lausanne: Page Deux, 1997) e o livro-entrevista *Éloge de la résistance à l'air du temps* [Elogio da resistência ao ar dos tempos] (Paris: Textuel, 1999).

O que temos em Bensaïd é uma obra dinâmica, capaz de inspirar um programa coletivo de formulação e pesquisa. Ela é inseparável da resistência à dissolução da crítica intelectual ao capitalismo e do resgate de sua dimensão revolucionária hoje na França. Mas é também resultado do diálogo com intelectuais socialistas que, como ele, buscam na releitura de Marx, a inspiração para a elaboração de um novo pensamento teórico. Este debate é central para a recomposição de um pensamento emancipador, capaz de armar teoricamente um novo movimento político socialista. E nele, *Marx, o intempestivo* joga, por sua abertura, contundência e abrangência, um papel-chave.

JOSÉ CORRÊA LEITE É EDITOR DO EM TEMPO.

Michéa, *l'Enseignement de l'ignorance* [O ensino da ignorância] (Climats, 1999).

Da mesma forma que não existiu um “pensamento 68”, tudo isso não faz hoje um “pensamento de extrema-esquerda”, mas uma constelação de afinidades e de diferenças, cujo centro de gravidade é a recusa de se render à nova ordem liberal. É significativo que estas correntes se reencontrem nas posições vizinhas que tomaram quando da Guerra do Golfo, das greves de 1995, do apoio aos sem-papéis ou da intervenção da Otan nos Balcãs (no último caso, com exceção de Ballbar). Em Jacques Rancière (*La méfente*) [O desentendimento. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996], Alain Badiou (*Abrégé de métapolitique*) [Compêndio de metapolítica] ou Tony Negri (*Le pouvoir constituant*) [O poder constituinte] encontra-se uma reivindicação da política à contra-corrente dos apaziguamentos da filosofia política e das leis naturalizadas da economia, como política do acontecimento e da invenção. Mas a ênfase unilateral sobre a intensidade dos acontecimentos também pode ser um meio de desfazer a tensão necessária entre historicidade e acontecimento, verdade e opinião, e estetizar a política em lugar de praticá-la no coração das contradições e dos conflitos.

O pensamento e a ação de Pierre Bourdieu jogam um papel chave neste movimento de remobilização. Porque, se ele se defende de toda relação com a filosofia, a sociologia “pascaliana” de que ele se reivindica (*Méditations pascaliennes*, 1997) [Meditações pascalianas] participa indiscutivelmente da nova

radicalidade crítica.

Como não homenagear, enfim, a obra de Françoise Proust — desaparecida em dezembro de 1998 — não somente por sua releitura penetrante de Kant, mas também pelos dois ensaios maiores que nos legou, *l'Histoire à contratemps* [A história em contratempos] e *De la résistance* [Da resistência]; todo um programa!

Essa renovação do pensamento crítico não é concebível sem um diálogo com a herança de Marx. Sua presença é significativa no surgimento de novas relações de forças intelectuais. Derrida publicou seu *Espectro de Marx* em 1993 e Gilles Deleuze anunciou, antes de seu suicídio, um último livro sobre “o grande Karl!” Os Congressos Marx Internacional, organizados por iniciativa da revista *Actuel Marx*, e o encontro internacional de 1998 por ocasião do sesquicentenário do *Manifesto comunista* testemunham a vitalidade da pesquisa. No campo mais diretamente filosófico, ela é ilustrada pelos trabalhos de André Tosel, Georges Labica, Henri Maler, Michel Vadée (*Marx, penseur du possible*) [Marx, pensador do possível], Michaël Löwy, Lucien Sève (*Critique de la raison bioéthique, Sciences et dialectique de la nature*) [Crítica da razão bioética, Ciências e dialética da natureza] e Patrick Tort.

E isto é, evidentemente, apenas um começo.

Daniel Bensaïd é filósofo e autor de *Marx, o intempestivo*. Artigo traduzido do *Rouge* nº 1839, de 29/7/99.



COLÔMBIA, DA NEGOCIAÇÃO À INTERVENÇÃO ESTRANGEIRA

HÁ UMA INGERÊNCIA EXTERNA ATIVA NA VIDA POLÍTICA DO PAÍS, PRINCIPALMENTE ATRAVÉS DA INTERVENÇÃO MILITAR NORTE-AMERICANA.

ERNESTO HERRERA

Colômbia poderia ser incluída na categoria de “entidades caóticas ingovernáveis” do pesquisador Oswaldo Rivero. Para ele, “o Estado-nação em vias de desenvolvimento implode e transforma-se em uma entidade caótica ingovernável” quando “os enfrentamentos armados têm em comum o fato de que são conflitos de depredação nacional, gerados por uma exclusão social extrema que acirrou os ânimos políticos... até convertê-los em verdadeiros furacões de ódio, onde perdem-se os mais elementares princípios de humanidade e a guerra civil se confunde com a criminalidade”.

Mas a tese mais convincente é a do pesquisador colombiano Álvaro Camacho, para quem o Estado nesse país é a somatória do poderes regionais onde operam mecanismos como o clientelismo, o roubo de fundos públicos e a corrupção. Todas essas práticas têm contato com a cumplicidade de governadores, prefeitos e autoridades policiais e militares. De fato, o Estado como instrumento de centralização é uma terra de ninguém, não existe, seja do ponto de vista político e econômico, seja como serviços à comunidade. A isso, obviamente, tem de se agregar o fenômeno paramilitar, que como diz outro pesquisador colombiano, Carlos Alberto Ruiz, “não tem por objeto a transformação da sociedade, mas garantir, de forma complementar seu adequado funcionamento quando o Estado não está em condições de fazê-lo”.

Na Colômbia não somente existe uma negociação em torno ao caráter do

Estado mas, também, uma disputa total pelo monopólio da violência. Guerrilha, exército e paramilitares enfrentam-se em uma guerra sem trégua – com seu saldo de massacres – que ameaça os interesses econômicos, políticos e militares do imperialismo norte-americano.

EUA: COM UM PÉ DENTRO

Para o general Charles Wilhelm, chefe do Comando Sul, com sede em Miami, a intervenção militar norte-americana em Colômbia não é um assunto de curto prazo, mas trata-se de um “matrimônio pela vida toda”. Na medida que tanto o governo de Pastrana como seus generais perdem toda capacidade de controlar a explosiva situação no país, Wilhelm está se convertendo no verdadeiro comandante-em-chefe das Forças Armadas. Em janeiro passado, o alto comando militar do exército colombiano apresentou-lhe um plano estratégico para combater à guerrilha. Na ocasião, os oficiais de Wilhelm desmoralizaram o plano, mostrando sua total inconsistência. Desde então, a intervenção ianque não tem parado de aumentar, já configurando uma intervenção tática e estratégica através de operações bélicas de contrainsurgência.

Semanas atrás foi inaugurado, com apoio direto dos EUA, a brigada fluvial que controlará a guerrilha e os narcotraficantes em mais de 8.000 quilômetros de rios. E já estão recebendo treinamento norte-americano, os mil soldados do batalhão que terá como missão erradicar plantações, pistas e a “rede de apoio ao narcotráfico, da qual fazem parte as FARC”. Enquanto isso, centenas de agentes da DEA e da CIA amontoam-se nas delegacias de polícia de Bogotá, Cali e Medellín.

Colômbia passou a ser um tema prioritário de “segurança nacional” para a administração Clinton; por isso esse país é, atrás de Egito e Israel, o principal receptor da “ajuda militar” norte-americana (US\$ 289 milhões em 1999, US\$ 1 bilhão em 2000).

A secretária de Estado Madeleine Albright disse claramente: “os problemas de Colômbia vão mais além de suas fronteiras e têm implicações para a seguran-

ça e estabilidade regional” (*Clarín*, Buenos Aires, 11/8/99). O general Barry McCaffrey, czar antidrogas norte-americano, corre o continente para convencer os governos da região – principalmente Brasil e Argentina – sobre a necessidade de uma “ação concertada”. A mensagem de império não deixa lugar a dúvidas: os Estados Unidos já têm um pé dentro da guerra e a qualquer momento porão o outro.

Não se trata – por ora – de enviar *marines* como no Vietnam, Granada ou Panamá, nem de lançar bombardeios massivos. Mas de uma intervenção de “baixa intensidade”. E ainda que “um resultado militar decisivo seja improvável” o envolvimento ianque inscreve-se como um grande teste da política dos EUA na América Latina. O objetivo do Pentágono é impedir a instalação de um “Estado narco-terrorista”. Constroem,

então, a imagem mediática de uma epidemia da qual o corpo coletivo (os interesses norte-americanos na região) deve se defender.

UM CONTRAPODER LATENTE

O movimento insurgente armado colombiano, em particular as FARC e o ELN, controla mais de 50 mil quilômetros quadrados do território nacional. Não se limitam somente às zonas de selvas ou montanhosas. Em centenas de municípios são a autoridade, o governo, o Estado. Contam com quase 20 mil combatentes e sua base social – tradicionalmente agrária – tem-se estendido às cidades, incluída Bogotá, a capital.

A diferença de outros movimentos guerrilheiros latino-americanos, não buscam uma inserção no regime político (o que seria um suicídio completo). Não se pode afirmar hoje que as FARC ou o ELN tenham uma “estratégia de poder” no sentido clássico. Mas são um contrapoder real, em disputa pela correlação de forças, e parte decisiva dessa guerra onde o que está em jogo é o novo desenho do Estado. Nos fatos, todo o processo de paz (atualmente interrompido) aponta, da ótica insurgente para uma questão: institucionalizar às forças guerrilheiras como um poder paralelo ao qual se destine um território, gestão da produção econômica (incluindo a plantação e processamento da coca), prefeituras e aparelho militar.

Isso não quer dizer que as FARC ou o ELN (em particular a primeira) não tenham uma “proposta” nacional. Na agenda de negociação, a guerrilha coloca, sempre, a questão da reforma agrária, a realização de uma Assembleia Constituinte e, sobretudo, o desmantelamento dos paramilitares e das AUC (Autodefesas Unidas de Colômbia) lideradas por Carlos Castaño.

O problema agora é que o envolvimento militar dos EUA no conflito modifica o cenário dos últimos dois anos. A insurgência não somente enfrenta o exército e os paramilitares, mas a possibilidade de uma confrontação com o imperialismo, mesmo que ela venha com o disfarce de uma intervenção de “baixa intensidade”.

As próprias FARC o reconhecem em um documento de análise (revista *Cambio 16*, Bogotá, 16/8/99): estamos frente a uma primeira etapa da intervenção direta para “executar uma guerra total com o pretexto da narcoguerrilha... estão no processo de ambientação necessário, em um processo de sensibilização para conseguir que uma boa parte dos colombianos não só aceite como peça a intervenção, ao tempo que se consegue que os governos latino-americanos a apoiem e a comunidade internacional aceite sua necessidade”. Em julho, o comandante das FARC, Jorge Briceño “Mono Jojoy” lançou um alerta: “Colômbia não é Kosovo”. Mas em círculos cada vez mais amplos da “comunidade internacional” latino-americana ganha força a idéia de por as mãos na Colômbia.

O NOVO DIREITO À INGERÊNCIA

Os argumentos para a intervenção internacional estão postos. O Estado encontra-se encurralado – isso é evidente. E mais: enfrenta a falência econômica do país e as brutais conseqüências da violência. O PIB fechará 1999 com uma queda de mais de 2%; desde o começo do ano, a moeda desvalorizou 21%. As exportações colombianas caíram. A taxa de desemprego aberto é de 20% e, como resultado da crise, 65 mil estudantes universitários largaram os estudos.

O governo já implementou uma reforma tributária, duas emergências econômicas, duas desvalorizações e um plano para salvar o setor financeiro. Porém teve que recorrer por primeira vez ao FMI. Trata-se de um empréstimo de US\$ 3 bilhões para “reativar a economia”. As condições são a redução do gasto público, reforma “privatizadora” da seguridade social e uma reforma trabalhista que inclua a “flexibilização” e a redução dos encargos. Com isso, a crise social se agravará e as mobilizações dos funcionários públicos, trabalhadores e camponeses certamente vão se intensificar.

E há a tragédia em vidas humanas. Segundo o ACNUR, o número de homicídios na última década supera os 250 mil (dos quais somente entre 15% a 17% pela guerra). Os “desplazados” já são 1,25 milhões de pessoas, em grande parte mulheres menores de 18 anos.

Neste momento, apresentam-se duas possíveis alternativas. Por um lado, a que defendem os governos de Peru, Equador e Argentina, de um “apoio logístico” (militar) mais ativo; por outro, a de Brasil, Uruguai, Chile e Venezuela, que apostariam mais em criar uma espécie de “nova Contadora”, desta vez para deter a guerra civil em Colômbia. Alguns analistas vão mais longe: falam de criar um “novo direito interamericano de ingerência”.

Em ambas, está presente a idéia da intromissão política nos assuntos internos de um país. Evidente: não se trataria de uma intervenção neutra, mas com o objetivo de que a estabilização seja obtida através da derrota do movimento insurgente. Uns propõem esmagá-lo, outros derrotá-lo com os acordos de paz tipo El Salvador ou Guatemala. Em todos os casos, a esquerda latino-americana deve se comprometer cada vez mais com a solidariedade ativa com a luta do povo colombiano e suas organizações populares, opondo-se radicalmente a qualquer intervenção estrangeira na Colômbia.

ERNESTO HERRERA É DIRIGENTE DA IVª INTERNACIONAL E DO PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES (PST) DO URUGUAI.

A VITALIDADE DO MARXISMO LATINOAMERICANO



MICHAEL LÖWY DESTACA O FIO VERMELHO DA REVOLUÇÃO QUE PERCORRE A TRAJETÓRIA DO MARXISMO NO CONTINENTE.

FELIX SANCHEZ

ção da esquerda latinoamericana, pondo fim à hegemonia estalinista no movimento socialista. O sandinismo na Nicarágua, a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional em El Salvador e o processo de formação do Partido dos Trabalhadores no Brasil, buscaram boa parte de suas referências nessa tradição radical do marxismo latinoamericano. Eles inauguraram, no fim dos anos 70, experiências de construção partidária e de elaboração programática fortemente articuladas pelo problema da democracia e da revolução. Uma forma diferente de apresentar a questão sobre o caráter ininterrupto da revolução, do seu transcrescimento de revolução democrática em revolução socialista.

PROCESSOS RECENTES

O livro resgata outro elemento significativo da trajetória do marxismo latinoamericano, o surgimento da corrente da teologia da libertação e sua decisiva participação e engajamento nos processos de construção da esquerda revolucionária. Presença que é muito importante em duas das mais recentes experiências de luta social anticapitalista, hoje em sua vertente neoliberal: a rebelião indígena de Chiapas e a organização do Exército Zapatista de Libertação Nacional e, de outro lado, a consolidação da luta e da organização do MST, no Brasil.

Essas duas experiências vêm mostrar a atualidade do problema indígena e agrário para a formulação do programa e da estratégia da emancipação social. Em um período como o atual, marcado por fortes tendências à erosão dos fundamentos do Estado-Nação e de exacerbação dos traços senhoriais e autoritários das classes dominantes, o debate sobre as questões étnica e nacional ganham novo estatuto, como têm mostrado os zapatistas e os sem terra.

A publicação deste indispensável trabalho de Michael Löwy coincide – e ele faz uma rápida menção disso – com o renascimento do debate marxista tanto no âmbito intelectual como no movimento social. Há uma multiplicação de revistas marxistas e, nos movimentos sociais, há uma interessante tentativa conduzida pela Consulta Popular – uma frente de movimentos e militantes liderada pelo MST – de retomar o debate sobre as questões teóricas.

Por fim, os socialistas tem nessa grande obra que sintetiza os momentos decisivos, amargos – às vezes – e alentadores – em outros –, da grande aventura crítica e revolucionária do socialismo latinoamericano, o fio vermelho resistente e tenaz que alinhava pacientemente lutas sociais, organização política de base, exercício e prática subversiva de mandatos e postos institucionais.

FÉLIX RUIZ SÁNCHEZ É PROFESSOR DA PUC/SP E SECRETÁRIO DE COMUNICAÇÃO DO PT/SP.

CICLOS REVOLUCIONÁRIOS

O surgimento de um marxismo propriamente latinoamericano e revolucionário foi posterior à difusão das idéias marxistas no continente. Como muito bem mostraram Leandro Konder em *A derrota da dialética* e Raúl Fornet-Betancourt em *O marxismo na América Latina*, a recepção das idéias marxistas no continente aconteceu em estreita ligação ao pensamento positivista, liberal e anarquista. Além disso, nem Marx nem Engels haviam escrito, a não ser muito ocasional e superficialmente, sobre América Latina.

Foram as alternâncias das lutas de classe, a ocorrência de ciclos revolucionários e contra-revolucionários, que marcaram o desenvolvimento do pensamento marxista em nosso continente. Löwy distingue três períodos principais: 1) o primeiro, dos anos 20 até meados dos anos 30, fortemente influenciados pela revolução russa e pela insurreição salvadorenha de 1932, bem como pelo confronto entre populismo e marxismo revolucionário, que tem José Carlos Mariátegui e Júlio Mella como seus principais representantes; 2) o período estalinista, de meados de 1930 até a revolução cubana em 1959; e 3) o novo período revolucionário aberto com essa experiência e sintetizada pela obra e a trajetória do Ernesto “Che” Guevara.

Na conjuntura muito singular dos anos 20 e 30, marcada por uma forte crise do sistema capitalista mundial, abalado pela guerra, a revolução russa, a crise econômica de entreguerras e as tensões decorrentes da ascensão do fascismo e do nazismo, a contribuição da primeira geração de autênticos marxistas latinoamericanos foi a de ter estabelecido com clareza o caráter da revolução no continente: ela seria socialista e incluiria objetivos agrários e antiimperialistas, afirmando a impossibilidade de conciliação entre revolução social e capitalismo. Confrontada no continente com a ascensão dos movimentos populistas e do nacionalismo, que acusavam o marxismo de ser uma ideologia “européia” ou “importada”, a contribuição dessa geração de marxistas

foi decisiva para estabelecer uma plataforma de transformação social que articulasse antiimperialismo, luta nacional e luta antilatifundiária como momentos da mesma revolução anticapitalista. A revolução será socialista ou não será.

Essa compreensão a respeito do caráter “ininterrupto” ou “permanente” da revolução nos países latinoamericanos que havia sido formulada por Mariátegui e Mella, foi retomada explicitamente pela direção do Movimento 26 de Julho em Cuba e deu o norte para o avanço do processo revolucionário cubano.

POLÍTICAS DE CONCILIAÇÃO COM AS BURGUESIAS

Mas a consolidação da hegemonia estalinista no seio do movimento viria a confrontar já no fim da década de 30 as formulações da geração de Mariátegui. O interregno estalinista, que durou quase três décadas, alterou significativamente a ideologia e a prática dos partidos comunistas do continente. O abandono da herança do período anterior significou a adesão às teses da conciliação “nacional” com a burguesia em nome não mais da revolução socialista latinoamericana mas da revolução democrático-burguesa.

Os partidos comunistas passaram a adotar a estratégia da “revolução por etapas” concretizada na busca de construção de frentes populares com partidos da burguesia e sob sua direção. Os partidos comunistas latinoamericanos não se recuperaram dessa capitulação e nunca mais conseguiram exercer um papel de liderança nem tiveram qualquer participação importante nos processos de revolução social que ocorreram no continente.

Uma nova geração de militantes socialistas revolucionários, constituída fora da experiência dos partidos comunistas estalinistas, protagonizou a mais importante experiência revolucionária do século no continente: a revolução cubana, que representou a concretização da possibilidade da revolução em um país periférico e subdesenvolvido.

Mas essa experiência estimulou e alicerçou uma vasta onda de radicaliza-

A publicação do livro de Michael Löwy, *O Marxismo na América Latina*, pela editora da Fundação Perseu Abramo, permite aos leitores brasileiros o acesso a uma das obras fundamentais do pensamento socialista da América Latina. Apesar de haver sido publicado há mais de 20 anos em língua francesa e espanhola, ele somente agora foi editado em língua portuguesa. Mas a espera valeu, pois, para sua publicação aqui, o autor fez uma atualização do livro que incorpora os desenvolvimentos recentes do debate socialista latinoamericano, depois do surgimento do PT e do EZLN.

A importância da obra do Löwy está na sua capacidade para sintetizar os quase cem anos da aventura crítica do socialismo latinoamericano, dando destaque tanto às tentativas de formulação dos seus respectivos projetos políticos, quanto às questões teóricas que o dividiram em diversos momentos de sua história. Ao colocar em cena atores e processos políticos reais ao lado de polémicas programáticas e teóricas, nosso autor faz muito mais do que uma história das idéias socialistas. Ele enfatiza o estudo da evolução do pensamento marxista pondo ênfase na problemática da emancipação social e política, ou seja, na *questão da revolução*.

Löwy reconstrói o esforço de várias gerações de militantes revolucionários para transformar o marxismo em um ferramenta útil para a compreensão da sociedade latinoamericana. Em particular, mostra como essa trajetória de formação de um marxismo crítico, dialético-concreto, teve que lidar desde o início com as concepções eurocêntricas dominantes na Segunda e na Terceira Internacionais. Concepções que, além de subestimar a originalidade das formações sociais latinoamericanas, dissolvidas por exemplo na famosa teoria dos “quatro estágios” do desenvolvimento histórico do Stalin, forneceram a justificativa teórica para o rebaixamento sistemático do programa socialista à conciliação com setores da burguesia em prol do desenvolvimento das bases materiais de um capitalismo pretensamente nacional.



AVANÇOS POLÍTICOS, RECUO ORGANIZATIVO

A 9ª PLENÁRIA
DA CUT APROVOU
O "FORA FHC" E UMA
PARALISAÇÃO NACIONAL
PARA OUTUBRO.

RAFAEL FREIRE

Foi a Plenária dos extremos e das contradições. Poucas vezes, em suas resoluções nacionais a CUT foi tão à esquerda como quando aprovou na sua 9ª Plenária Nacional (de 17 a 20 de agosto) a palavra de ordem "Fora FHC!". E poucas vezes também se colocou tão em risco a unidade da Central como quando a Articulação Sindical, ao querer passar o "rolo compressor" nas mudanças da estrutura cutista, levou a que todas as outras correntes cutistas não participassem da votação, declarando que não reconheciam legitimidade para essa instância autorizar tão drásticas alterações estatutárias e de princípios cutistas.

Ainda, foi nessa mesma Plenária que a Articulação Sindical perdeu votações políticas importantes — fato inusual em uma CUT dominada pela apática rotina do levantamento de crachás de uma maioria de conveniência.

O debate sobre o posicionamento frente ao governo FHC vinha se arrastando ao longo dos últimos meses. A Articulação Sindical, primeiro, fincou pé em apenas questionar a política econômica do governo. Depois, junto com a Corrente Sindical Classista (CSC) do Pcdob, foi até o "Basta de FHC" (influenciando nas posições da Unidade na Luta no PT); mas, essa palavra de ordem ainda permitia uma verosão mais *light*, utilizada por sindicatos dirigidos pela Articulação: "Basta, FHC". É bom lembrar que a CSC assumiu o "Fora, FHC" meses antes da plenária da CUT. Por isso, Vicentinho surpreendeu quando logo no início da Plenária, anunciou a palavra de ordem "Fora FHC!", além

da proposta de uma greve geral neste segundo semestre.

Essa mudança permitiu que a CUT entrasse na semana seguinte, na Marcha dos 100 mil, sintonizada com o grito unânime dos milhares que exigiam o fim desse governo.

É evidente que essa guinada à esquerda não desfaz outras iniciativas que a Articulação Sindical tem votado na CUT e que levam à Central a aparecer domesticada ao lado do governo FHC (por exemplo, do sistema público de emprego e de intermediação de mão de obra). Mas essa é uma contradição que o setor majoritário tem de explicar.

Há que se destacar que quando a Articulação Sindical assumiu o "Fora FHC", dando espaço para uma votação conjunta com todas as outras correntes, um setor da maioria se absteve publicamente de votar na resolução unitária.

Depois disso, ainda houve uma votação sobre se a ênfase devia ser dada à mobilização (defendida pela esquerda da CUT) ou à busca de saídas institucionais (como queria a Articulação), sendo vitoriosa a alternativa proposta pelos setores da oposição cutista.

Outras duas votações polarizariam os debates. Uma emenda contrária à assinatura de acordos que retiram direitos (na qual a Articulação Sindical, que defendeu contra, foi derrotada) e outra, apresentada pela Alternativa Sindical Socialista (ASS) que era contrária a que fundos de pensão, onde os trabalhadores têm assento (como a Previ do Banco do Brasil), participem dos processos de privatizações; nessa, a Articulação, que defendeu tal participação, foi vitoriosa.

RETROCESSO INTERNO

Quando o tema da estrutura sindical foi introduzido na Plenária, o cenário de uma CUT avançando à esquerda mudou. A "Tese Base" proposta por essa corrente à Plenária tinha como eixo a legitimação de mudanças na estrutura organizativa dos ramos cutistas definidas em cada um deles.

O problema é que em um dos principais ramos da CUT, a Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM), a Ar-

ticulação Sindical já fez aprovar no seu Congresso de 1997 e pretende avançar em um Congresso Extraordinário em começo de 2000, uma estrutura cutista do ramo que passa por cima do atual Estatuto da Central.

Vejam dois exemplos. Na CUT vigora a proporcionalidade de 20% (para duas chapas) ou 10% (para mais de duas) e, em muitos casos, tem sido usada a proporcionalidade direta (como no PT). A Articulação Sindical na CNM anunciou que irá aumentar o "piso" para 30%. Atualmente, na CUT a soberania reside nas assembleias de base dos sindicatos filiados (o que lhe dá um caráter "federativo", plural e democrático); por conta disso, no sindicalismo cutista existe unidade quando há uma convergência de posições e não por imposição ou "centralização". Agora, a Articulação Sindical Metalúrgica está tentando impor uma estrutura onde as instâncias superiores tenham direito de "centralizar" burocraticamente as assembleias de trabalhadores na base.

A "Tese Base" da Articulação Sindical tenta "legitimar" tais mudanças através de uma decisão de Plenária Nacional. Frente a esta ameaça, todas as demais correntes cutistas (ASS, CSC, MTS, AE, OT) se recusaram a participar de votações nesse ponto da pauta. A ASS declarou publicamente que a Plenária não tinha legitimidade para autorizar mudanças estatutárias e nos princípios cutistas de democracia, pluralidade e unidade via as Confederações — como a tese da Articulação pretendia.

A tese foi aprovada com o votos da Articulação Sindical. Mas, como nesse ponto quase a metade da Plenária "retirou-se" da votação e como essa polêmica também existe dentro do setor majoritário, é evidente que uma resolução como a que a Articulação Sindical impôs à Plenária não tem peso político suficiente para ser implementada. Será objeto de muita disputa ainda em todo o processo que vai até o 7º Congresso Nacional da CUT, marcado para agosto de 2000.

RAFAEL FREIRE É MEMBRO DA EXECUTIVA NACIONAL DA CUT.

À LUTA, FINALMENTE...

Dirigentes sindicais da CUT e da Força Sindical dos metalúrgicos do setor automotivo acertaram uma greve nacional para o dia 14 de setembro, caso não houvesse resposta satisfatória a uma pauta de reivindicações unificada exigindo piso salarial nacional, redução da jornada para 40 horas etc. É a mais importante resposta sindical à estratégia das empresas que decidem seus investimentos aproveitando diferenças salariais e de direitos existentes entre as diversas regiões do país. No final de agosto, os patrões se recusaram a atender as reivindicações. O desafio está posto para os sindicatos...

Mas vale registrar uma nota curiosa. Em meados de agosto, quando as direções sindicais acertaram a estratégia conjunta, tanto Guiba (presidente da Confederação dos Metalúrgicos da CUT) como Paulinho (metalúrgico de SP e presidente da Força Sindical) justificaram a ofensiva afirmando à radio CBN que os sindicatos já tinham feito muitas concessões ("já implantamos a jornada flexível, o Banco de Horas, abrimos mão de direitos"), que isso não tinha impedido as demissões no setor e que "agora" os patrões iam ter que ceder alguma coisa... Será um reconhecimento tardio de que a esquerda metalúrgica cutista tinha razão?

ASSIM SE CONSTRÓI A DEMOCRACIA

Como devem se comportar os trabalhadores frente à imprensa burguesa quando ela se transforma em um instrumento para mentir e confundir? Na recente Marcha dos Sem, organizada pela CUT-RS, os manifestantes fizeram um ruído de protesto ao passar frente ao prédio do jornal *Zero Hora*, que lidera a campanha de calúnias e intrigas contra o PT, a CUT e o Governo Democrático-Popular do RS. O deputado federal Marcos Rolim (do autodenominado setor "Amplio e Democrático", direita do PT-RS) não gostou da atitude dos manifestantes e saiu em defesa pública do jornal.

Ao tomar conhecimento do caso, um companheiro holandês lembrou: "Em 1967 trabalhadores da construção civil destruíram o prédio do jornal de maior circulação na Holanda (*de Telegraaf*). Até hoje isso é amplamente considerado um ato de suma importância para o progresso da democracia na Holanda. O motivo foi que o jornal estava mentindo e falando mal de uma greve que estava ocorrendo na construção civil. Depois deste fato se mentiu um pouco menos sobre greves na Holanda".

O FIM DA LUTA POR EMPREGOS?

Recentemente foi inaugurado em Santo André (SP) o primeiro "Centro de Trabalho e Renda" da CUT que segue os passos do "Centro de Solidariedade" da Força Sindical em São Paulo — isto é, entrega para a gestão privada das centrais sindicais recursos públicos do FAT com o objetivo de substituir o Estado na intermediação de mão-de-obra e políticas afins. O assunto já foi motivo de muita polêmica na CUT. Mas um aspecto passou despercebido. Por que o Centro da CUT é de "Trabalho" e "Renda" e não de "Emprego"? Será que está querendo se dizer que a CUT não deve mais pressionar por emprego às empresas e o governo?

UMA POLÍTICA PARA OS EXCLUÍDOS?

A CUT Nacional está constituindo uma "Agência de Desenvolvimento Solidário" visando articular iniciativas e conseguir financiamentos para organizar atividades de geração de renda entre trabalhadores desempregados e excluídos em geral. O que justifica o projeto é a preocupação da Central com os excluídos. No entanto, chama a atenção que enquanto se pensam iniciativas que têm por objetivo centralizar recursos financeiros (oriundos de fundos públicos nacionais e de agências internacionais de cooperação) não há no "Projeto de Desenvolvimento Solidário" da CUT (do qual faz parte a agência) nenhuma proposta de organização dos desempregados (nem em sindicatos nem em qualquer outro tipo de organização). Isso seria compreensível em uma ONG mas é inaceitável em uma Central Sindical.

UMA FALSA SOLUÇÃO PARA A CRISE

Em 1993, o Banco Mundial publicou o Relatório "Investindo em Saúde", que orienta a assistência à saúde nos países em desenvolvimento. Ele adotou como eixo central propostas para reduzir ao mínimo o financiamento estatal para o setor, abrindo caminho para a maior inserção do capital na oferta de serviços de saúde. Em um artigo publicado em 1996, na revista *Saúde em Debate*, Clóvis Montenegro afirma que o objetivo do Banco Mundial é, antes de tudo, o ajuste econômico estrutural da década de 80. Aponta três metas centrais nesta proposta:

"1. Situar a saúde principalmente no âmbito privado e apenas em certas condições como tarefa pública; 2. Adequar a política às prioridades do ajuste fiscal, o que significa diminuir ou reestruturar o gasto público, incluindo a saúde; 3. Amortizar os custos sociais e políticos do ajuste, com construção de um discurso social centrado no combate à pobreza. Define como prioridade máxima que os governos financiem um pacote restrito de medidas de saúde pública e de intervenções clínicas essenciais. A agenda se inscreve na ofensiva de recuperar os serviços sociais para as empresas privadas, ou seja, sua remercantilização".

O governo brasileiro tem encontrado dificuldades para promover este enfrentamento abrupto ao Sistema Único de Saúde (SUS). Isto porque o SUS se constituiu como conquista de um poderoso movimento social criado na década de 70, o Movimento pela Reforma Sanitária, além de ser responsável hoje por mais de 1,3 bilhões de procedimentos por ano (dados do Ministério da Saúde), o que lhe garante enorme legitimidade junto da população, ou seja, a grande massa é assistida pelo sistema público de saúde. Assim, o Governo FHC resolveu adotar a estratégia de minar paulatinamente o SUS, introduzindo as orientações do Banco Mundial de forma gradativa. No âmbito da gestão do Sistema de Saúde, o governo federal criou as Organizações Sociais, através da Medida Provisória No. 1.591 de 9 de outubro de 1997, que possibilita entregar para empresas privadas, a gestão de equipamentos públicos. Esta é apenas uma das estratégias de privatização da assistência à saúde.

É com este pano de fundo que o Ministério da Saúde propõe, na área da assistência propriamente dita, o Programa de Saúde da Família (PSF). Sua inserção na proposição do Banco Mundial se dá pelo fato do PSF concentrar um "pacote restrito de medidas de saúde pública e de intervenções clínicas essenciais", de baixo custo (o que não significa que o Programa seja barato) e baixa tecnologia na produção da assistência. As ações de maior complexidade e custos, estão cada vez mais reservadas ao mercado privado, que conta com as conhecidas benesses promovidas pelo governo, tanto através da regulamentação dos planos e seguros de saúde, quanto nos contratos que realiza com o SUS.

DISSECANDO A PROPOSTA

O Programa de Saúde da Família é marcado pelas contradições inerentes a natureza do programa.

Pela proposta do Ministério da Saúde,

o PSF se organiza em estrutura própria, paralela à *rede básica assistencial*, construída ao longo da história da saúde pública neste país. De acordo com dados do Ministério da Saúde de 1998, há no país 55.647 Unidades Ambulatoriais, das quais 31.342 são Unidades Básicas de Saúde. Há em média uma Unidade Básica para cada 5.424 habitantes, valor muito melhor do que o recomendado pela OMS, que é uma UBS para cada 20.000 habitantes. Esta rede, oferece um equipamento importante para organização da assistência à saúde e sugere que o programa deveria passar por dentro das Unidades já constituídas.

O PSF proclama o *trabalho em equipe*, mas contraditoriamente, não opera de forma multiprofissional. O PSF não permite mudar a lógica médico-centrada, estruturante das práticas assistenciais. O Programa aposta equivocadamente em uma mudança centrada apenas na estrutura, através da vinculação de usuários à equipe e se esquece do essencial, a alteração dos processos de trabalho.

O PSF está organizado para assistir apenas a população que, por uma série de motivos, podem programar o seu atendimento. Não há diretrizes para atendimento dos casos agudos, justamente os que necessitam de assistência imediata e procuram os serviços em situação desesperada. É aí que o PSF comete seu grande erro e perde legitimidade social, porque a população não reconhece um serviço que não lhe serve no momento em que ela mais precisa. O Programa fracassa na resolução daquilo que é o estrangulamento central dos serviços de saúde hoje, as filas nas portas das Unidades e a excessiva busca dos serviços de Pronto Socorro.

As *visitas domiciliares*, alardeadas como um grande achado, não devem ser vistas como novidade e exclusivas do PSF, porque é um recurso que deve ser utilizado por qualquer estabelecimento de saúde, desde que isto seja necessário. O fato de realizá-las não significa que a assistência tenha ganho um novo perfil, centrado nas necessidades dos usuários.

Seu caráter *compulsório*, indica dois tipos de problemas muito graves. Um diz respeito a otimização dos recursos disponíveis para assistência à saúde, principalmente de seus recursos humanos. Não deveria ser recomendado que profissionais façam visitas domiciliares, sem que haja uma indicação explícita para elas, a exceção dos trabalhadores que têm a função específica da vigilância à saúde, como por exemplo os agentes comunitários de saúde. Outro diz respeito ao fato de que isto pode significar uma excessiva intromissão do estado na vida das pessoas.

Contradizendo o discurso de que o PSF é um programa barato, a realidade mostra o inverso. *Seus custos são caros* e têm sido motivo de crise em vários municípios que adotaram este modelo de assistência. A começar pelo pagamento diferenciado dos profissionais que trabalham no Programa, em relação aos que trabalham na rede assistencial já constituída. Além de criar grandes conflitos entre os profissionais, o PSF erra ao pensar que altos salários por si só garantem bons atendimentos.

O PSF mitifica o *generalista*, como se este profissional, ou melhor, esta "especialidade" médica conseguisse por si só implementar novas práticas de saúde junto à população. De acordo com dados da pesquisa "Perfil dos Médicos do Brasil", realizada pela Fiocruz em 1995,

O PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA (PSF), QUE DESDOBRA A POLÍTICA DO BANCO MUNDIAL PARA A ÁREA, APRESENTA GRAVES EQUÍVOCOS.

TÚLIO BATISTA FRANCO

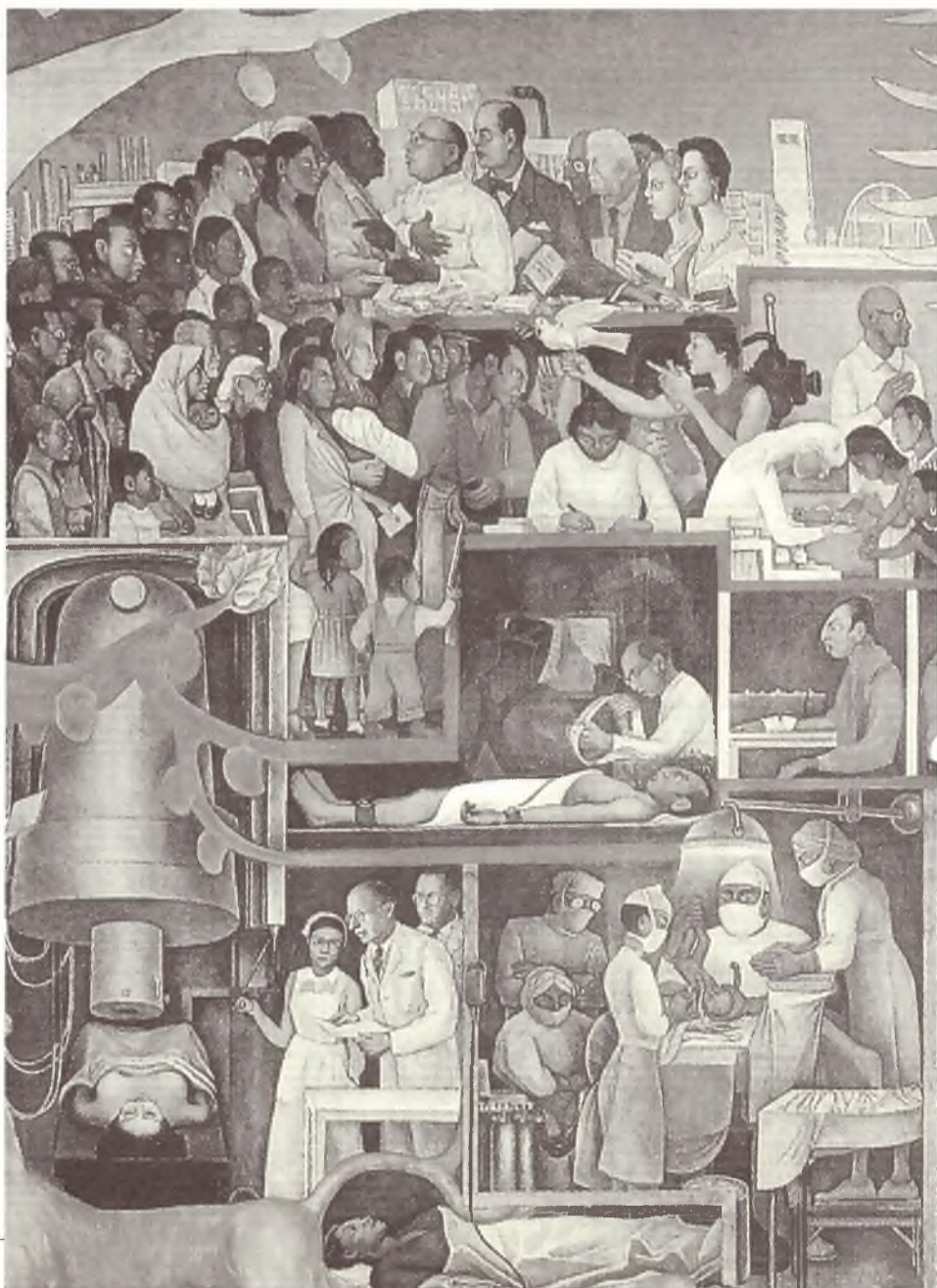
de 183.052 médicos registrados nos Conselhos de Medicina, 2,6% são especializados em Medicina Geral e Comunitária, enquanto em pediatria são 13,4%; gineco-obstetrícia são 11,8% e em medicina interna são 8,0%. Seria mais adequado um modelo de assistência que absorvesse com mais naturalidade estes profissionais, inserindo-os em novas práticas, dando-lhes oportunidades de adquirir novos conhecimentos e trabalhar uma assistência mais multiprofissional. O Programa fecha os olhos à realidade dos recursos humanos disponíveis no país.

PROGRAMA INFLEXÍVEL

A *gestão do PSF* é marcada por um alto grau de normatividade na sua implementação, regulamentados centralmente pelo Ministério da Saúde. Estas normas, deverão ser seguidas rigorosamente pelos municípios, sob pena daqueles que não se enquadrarem nas orientações ministeriais, perderem recursos de financiamento do Programa. Agindo assim, o Ministério da Saúde aborta a construção de modelos alternativos, e engessa o próprio PSF diante de distintas realidades.

Em relação a escolha da *família*, como espaço estratégico de atuação, também é necessário alguns comentários. É positivo apontar como foco de atenção de uma equipe de saúde um "indivíduo em relação", em oposição ao "indivíduo biológico". Com certeza, onde houver famílias na forma tradicional, a compreensão da dinâmica deste núcleo, através da presença da equipe no domicílio, é potencialmente enriquecedora do trabalho em saúde. No entanto, nem sempre, este núcleo está presente. Nem sempre este é o espaço de relação predominante, ou mesmo o lugar de síntese das determinações do modo de vida das pessoas em foco.

Concluindo, verificamos que muitos municípios após implantarem o PSF, se vêem obrigados a modificarem sua organização e funcionamento, dada a fragilidade da proposta originária do Ministério da Saúde. Estas adaptações embora dêem algum fôlego ao Programa, são a maior prova da derrota do receituário do governo federal para a crise da saúde pública no Brasil. Há hoje, portanto, diferentes configurações de PSFs, mas o modelo proposto pelo Ministério da Saúde, tem aprofundado contradições junto aos sistemas de saúde locais.



Diego Rivera, A História da Medicina, 1935

TÚLIO FRANCO É PSICÓLOGO SANITARISTA, MESTRE E DOUTORANDO EM SAÚDE COLETIVA PELA UNICAMP.

OS LABORATÓRIOS ESTÃO CHEIOS DE SÁBIOS IDIOTAS, GENTE QUE NADA SABE SOBRE A REALIDADE POLÍTICA E ECONÔMICA QUE REGE A APLICAÇÃO DO RESULTADO DE SUAS PESQUISAS.

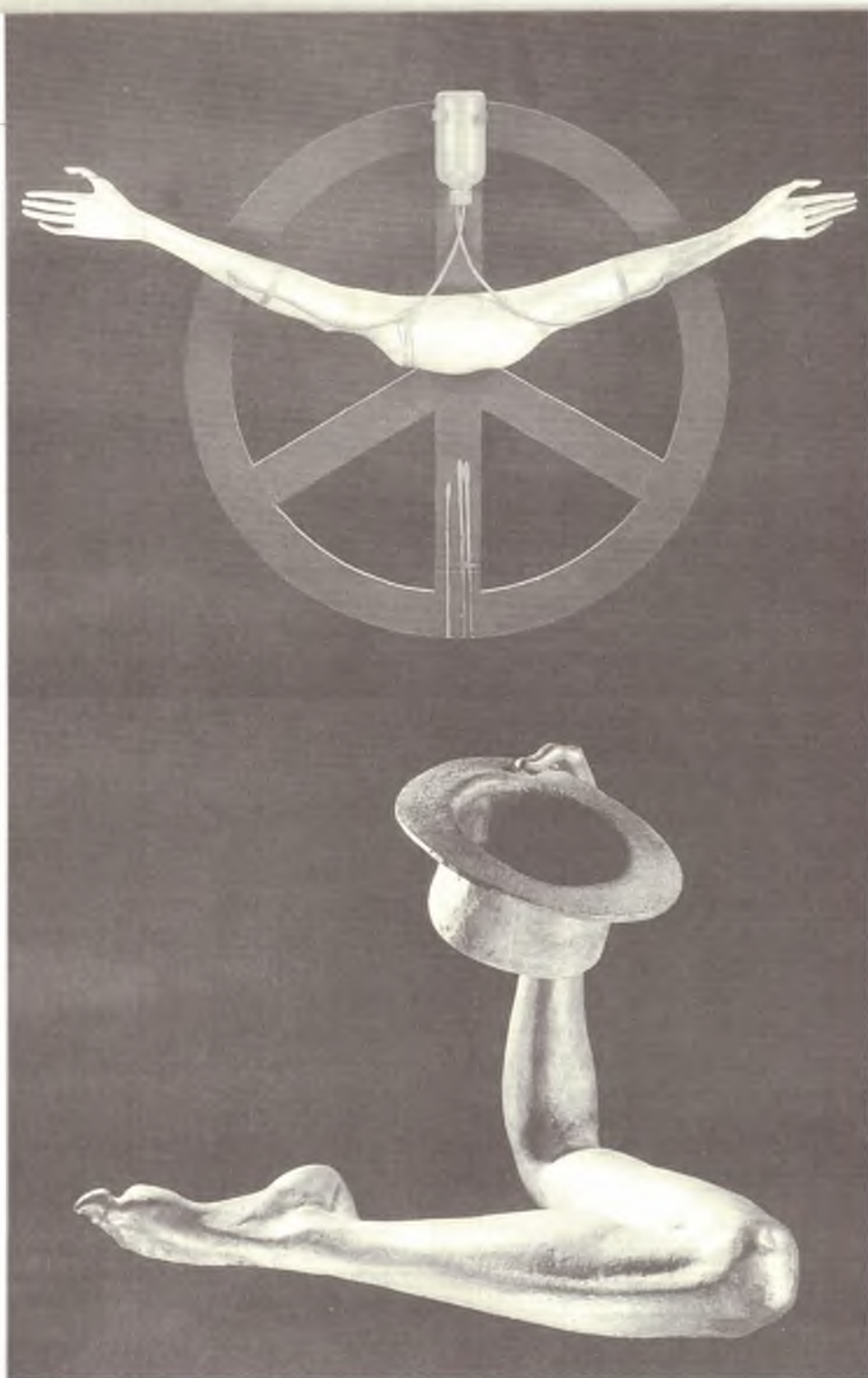
GEORGE MONBIOT



Quando 19 eminentes sócios da Royal Society publicam uma declaração conjunta, o mundo, com razão, toma nota. Os biólogos nos contavam, esta semana, em uma carta aos jornais, que precisamos "diferenciar a boa ciência da má ciência". Ao qual todos nós respondemos: de acordo.

Mas, o que é, exatamente, a boa ciência. Os catedráticos se referem, naturalmente, às investigações sujeitas ao questionamento de outros cientistas, ou "crítica de colegas". Não se referiam à ciência que beneficia a maioria da humanidade, ao invés de prejudicá-la. Naturalmente, de acordo com o professor Lewis Wolpert, até há pouco presidente do Comitê da Royal Society para a compreensão pública da ciência, a ciência está "livre de valores": o objetivo do conhecimento, qualquer que seja sua natureza, não é moral ou imoral. É precisamente por isso que aprendemos a desconfiar dela!

Os laboratórios de física em que alguns dos melhores cérebros científicos da Inglaterra desenham granadas que mutilam sem matar, ou bombas que destroçam as pessoas mas não as infra-estruturas, praticam "boa" ciência, sujeita à crítica de outros colegas. Também estão saturados de valores. Dão um maior valor à suas bolsas de pesquisa do que à vida com as quais jogam. É justamente esse enfoque que parece reger muitos dos laboratórios biológicos da nação. Porque a guerra que se trava hoje no mundo é econômica: as grandes corporações tentam se apropriar dos recursos de que dependem os povos mais pobres da terra. E muitos dos melhores biólogos da Inglaterra estão lutando do lado errado.



Os SÁBIOS IDIOTAS

ENGENHARIA GENÉTICA DERROTA A FOME

Em um artigo publicado no *The Guardian* da semana passada, outro eminente sócio da Royal Society, o professor Christopher Leaver, argumentava que a engenharia genética salvará o mundo da fome. Seu juízo seria cômico, se esquecêssemos sua influência. O distinto catedrático identificou corretamente o problema: a população mundial está crescendo e a quantidade de terra cultivável está se reduzindo. Prosseguiu, entusiasmando-se com o tremendo potencial da engenharia gené-

tica: os novos grãos que estão sendo produzidos permitem agora que a terra de cultivo possa ser usada para produzir sabão, plásticos e alimentos de alta tecnologia para animais. Estes grãos, presumivelmente, e este é o ponto da pesquisa, terão um valor de mercado superior aos grãos para a alimentação humana. Em outras palavras, os agricultores serão estimulados a deixar de contribuir para a diminuição do fornecimento de alimentos no mundo para, em seu lugar, começar a produzir produtos químicos industriais.

O professor Leaver argumentou que os grãos geneticamente modificados aju-

dam os países em vias de desenvolvimento. Também destacou que, graças à engenharia genética, a colza, um grão que cresce muito melhor nas grandes plantações do hemisfério norte, pode agora produzir muito ácido laurico. A nova tecnologia ameaça destruir o mercado de azeite de coco, base de sobrevivência de milhões de camponeses do sudeste asiático e do Pacífico sul.

Não é surpreendente que os cientistas, inclusive os mais ilustres, continuem sendo incapazes de continuar diferenciando entre o bem e o mal. Os estudantes ingleses são forçados a especializar-se antes que os da maioria dos demais países. Os pós-graduandos descobrem que o dinheiro para a pesquisa flui mais facilmente para uma ciência fechada com resultados tecnologicamente precisos do que para uma ciência visionária sem aplicação imediata.

CIÊNCIA DE VISTA CURTA

Em consequência, nossos laboratórios estão cheios de sábios idiotas, gente com uma profunda compreensão de sua própria disciplina, mas que não sabem nada sobre a realidade política e econômica que rege sua aplicação. O modernismo primitivo de Christopher Leaver, sua fé infantil na capacidade da tecnologia para resolver os problemas políticos e econômicos é compartilhada por alguns dos melhores pesquisadores da Inglaterra, incapazes de ver para além de seu microscópio, que sem terem se proposto a isso, converteram-se em mercenários da guerra corporativa contra os pobres.

Se a crise alimentar que ameaça o mundo for resolvida, o será através de uma distribuição mais justa dos alimentos e dos meios de cultivo, de estratégias de conservação do solo e uma redução do consumo de grandes quantidades de carne e leite. As plantas geneticamente modificadas oferecem ao mundo muito poucos benefícios que o cultivo convencional já não tenha produzido. Mas oferecem às multinacionais o controle sobre o que comemos. Assim, pois, aqueles que as desenvolvem possuem a ciência correta e tudo o mais é um erro.

ARTIGO ORIGINALMENTE PUBLICADO NO *THE GUARDIAN*, DE LONDRES, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1999.

N O T A S

BATE, BATE, BATE CORAÇÃO

O coração de uma pessoa bate, em média, umas setenta vezes por minuto. Já o coração de uma galinha bate - de novo em média - umas trezentas vezes por minuto. O de um elefante fica numas trinta batidas por minuto. A gente pode começar a se perguntar: então, quanto menor o bicho, mais rápido é seu coração? Exatamente! Mas o melhor não é isto. O mais interessante é que se você calcular quantas batidas o coração de uma pessoa dará em toda sua vida (supondo uma vida média em torno de uns 70 anos), você descobrirá que é mais ou menos o mesmo número de batidas do coração de uma galinha, ou de um elefante. O importante, neste caso, é que existe uma relação entre a massa de um organismo e o número de batidas por minuto de seu coração. E aqueles que não tem coração? Na verdade, as relações são obtidas entre o consumo de energia (a taxa metabólica) e a massa dos seres vivos. E o mesmo comportamento - no que diz respeito ao consumo de energia - é observado desde as bactérias até as baleias (que pesam 1.000.000.000.000.000.000 mais que uma bactéria).

Esta, e outras tantas relações, são conhecidas em biologia há mais de cem anos. Contudo, até hoje não havia nenhuma explicação científica para sua estonteante regularidade. Nestes últimos três anos, começam a ser formuladas as primeiras teorias mais consistentes sobre o problema. Em todas elas, a idéia central é a de que a evolução selecionou um mecanismo que otimiza o consumo de energia, e que este mecanismo pode ser encontrado em todos os seres vivos. Assim, a física pode explicar as bases fundamentais deste mecanismo. Uma proposta, formulada por West, Brown e Enquist (Instituto Santa Fé e Universidade do Novo México), parte da constatação de que a estrutura interna dos seres vivos é uma estrutura ramificada, do tipo fractal. O sistema circulatório, o sistema respiratório, etc., todos apresentam uma estrutura ramificada, onde as superfícies de troca são maximizadas. Só para ficar um pouquinho mais claro: o pulmão de uma pessoa ocupa um volume de pouco mais de 1 litro. No entanto, sua superfície equivale à de um campo de futebol. São estas características que permitem explicar as relações observadas nos seres vivos, que ao longo de seus quase 4

bilhões de anos construíram sistemas muito mais eficientes que qualquer máquina existente. (*Science*, 4/06/99)

COMO RECONHECER UM E.T. SE VOCÊ ENCONTRAR UM?

Há algum tempo atrás, causou grande sensação a polêmica "descoberta" de bactérias em materiais de origem extraterrestre. Por outro lado, também causou grande debate a hipótese de existência de vida em Marte. As condições de vida podem ter existido em nosso vizinho há uns quatro bilhões de anos atrás. Os cientistas supõem que o caminho percorrido por Marte (no início) deve ter certa similaridade com o caminho percorrido pela Terra. Antes de perder sua atmosfera e a água que deve ter existido em sua superfície, Marte pode ter sido um planeta com condições para o surgimento de formas primitivas de vida. Assim, pode ser que, nos seus primeiros milhões de anos, a vida tenha surgido em Marte, de uma maneira semelhante à surgida na Terra: pequenas bactérias. O problema é como identificar bactérias fósseis, se a gente encontra uma. Frances Westall, do Cen-

tro Espacial Johnson da NASA, publicou na edição de julho de *Journal of Geophysical Research*, um artigo tratando de bactérias antigas e das condições que levam à sua fossilização. Bactérias, que variam de tamanho em 1.000 vezes, podem ser encontradas em rochas de todas as eras. Encontram-se fósseis de bactérias com até 3,4 bilhões de anos e traços de substâncias orgânicas podem ser encontradas em rochas datadas de uns 3,8 bilhões de anos, quase voltando à própria origem da Terra, suposta como tendo sido há 4,5 bilhões de anos. Westall discute as diferenças entre bactérias e aquilo que pode se parecer, mas não representa um resquício de vidas passadas. Em particular, ela chama a atenção para a diferença entre bactérias esféricas e esferas de origem inorgânica. Tudo isto é muito interessante, mas parte de uma hipótese que não tem comprovação: a de que a vida, em outros lugares, tenha seguido um caminho semelhante ao nosso. Mas não há como garantir que sim. Assim, permanece a pergunta: como reconhecer um ET se você encontrar um...?

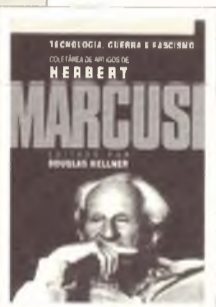
Américo Bernardes



Igualdade e diferença

Antônio Flávio Pierucci. *Ciladas da diferença*. São Paulo: USP; Editora 34, 1999.

Pierucci retoma da defesa da igualdade, hoje tão atacada pelos teóricos da diferença, da identidade e das particularidades, em sete ensaios. Eles mostram, entre outros aspectos, o vínculo entre o pensamento político da direita e da defesa da diferença, as razões dos deslocamentos da esquerda para as teorias da diferença e o seu vínculo com fundamentalismos religiosos.

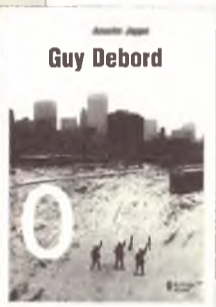


Marcuse e a tecnologia

Douglas Kellner (ed.) Herbert Marcuse. *Tecnologia, guerra e fascismo*. São Paulo: Ed. da Unesp, 1999.

Coletânea dos artigos escritos por Marcuse durante os anos 40, fruto de seu

trabalho para o governo dos Estados Unidos na luta antinazista. Além dos artigos, muitos dos quais centrados no tema da tecnologia, há também cartas para Horkheimer e uma áspera troca de cartas com Heidegger. O texto é precedido de um longo e interessante ensaio de Kellner.



A teoria do espetáculo

Anselm Jappe. *Guy Debord. Petrópolis (RJ)*; Vozes, 1999.

O autor, integrante do grupo alemão Krisis, sustenta a atualidade da teoria do espetáculo, elaborada por marxista francês Guy

Debord. O espetáculo é a forma mais desenvolvida da sociedade baseada na produção de mercadorias e no fetichismo que daí decorre. Lançamento mais recente da Coleção Zero à Esquerda.

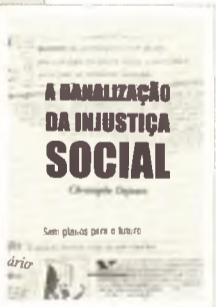


As múltiplas manipulações

Philippe Breton. *A manipulação da palavra*. São Paulo: Loyola, 1999.

O pesquisador francês examina a atualidade da idéia de manipulação, marginalizada pelo auge da ideologia

neoliberal. Seu livro vai dedicar desmontar os mecanismos de manipulação presentes na publicidade, nos noticiários, na vida política, etc., destacando também os frágeis resistências a ela e as normas que poderia limitá-la.



A legitimação da exclusão

Christophe Dejours. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

O psiquiatra francês, famoso por seus estudos sobre o sofrimento no trabalho, volta-

se agora para a análise dos mecanismos sociais, psíquicos e discursivos que banalizam a pobreza, a exclusão e a injustiça social. Ancora-se, em boa medida, na análise que Hanna Arendt faz da "banalidade do mal".



Agricultura brasileira

Revista *Estudos Sociedade e Agricultura* nº 12, 1999. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Neste número, dois artigos sobre a formação nacional brasileira – um sobre

Euclides da Cunha, de Berthold Zilly, e outro sobre classe e nação, de Angela Mendes de Almeida –, e vários artigos sobre a luta pela reforma agrária, a agricultura brasileira e aspectos da história rural do país.

DOGMA

Muito se falou sobre o "renascimento" do cinema nacional, ganhamos prêmios internacionais, concorremos ao Oscar... tudo dentro de um ar de "modernidade" e de avanço cultural... discursos tão ao gosto do governo FHC/Weffort.

Passados alguns anos, fica o gosto da rressaca, da noite mal dormida... a lição de que não bastam prêmios e incentivos fiscais para tornar o cinema brasileiro forte, presente. Os cineastas devem ter aprendido esta lição: não basta fazer filmes, tem que criar meios para exibí-los.

Além das enormes dificuldades para encontrar espaços de exibição, o cinema brasileiro cometeu um pecado ainda maior: caiu na mesmice, no discurso fácil, Global. A maioria dos filmes da nova safra, com honrosas exceções, mantém as fórmulas do cinemão clássico, esquecendo de lembrar que existe, sim, vida além de Hollywood.

E esta vida não existe apenas na França e Inglaterra, existe também no Irã, na China, no Japão, na Argentina. Como ilustração, vale o resgate de uma história recente.

Em maio de 1998, no Festival de Cannes, dois filmes de diretores dinamarqueses são apresentados: *Festen (Festa de Família)*, de Thomas Vinterberg e *Idiotem (Idiotas)*, de Lars Von Trier, com os respectivos subtítulos de Dogma 1 e Dogma 2. Em meio à confusão comum a este festival, pouca atenção foi dada a estes filmes, apesar de *Festen* receber o Prêmio do Júri (dividido).

Em julho de 1999, *Festa de Família* já saiu de cartaz nos cinemas brasileiros, com um saldo bastante positivo, *Idiotas* está há semanas em cartaz e *Mifune*, de Soren Kragh-Jacobsen estréia com o subtítulo de Dogma 3. Todos colecionaram prêmios pelos festivais por onde passaram.

No pequeno universo do cinema mundial a frase "Dogma 95" torna-se corrente, dividindo opiniões.

Este movimento não seria nenhuma novidade em um mundo onde a existência de vanguardas ainda fosse a realidade, provavelmente seria até chamado de "conservador" e "alienado", muito embora com uma estética bastante próxima à *Nouvelle Vague* e ao Cinema Novo. Mas hoje este movimento traz ao cinema um "ar fresco", uma "recuperação da inocência perdida", usando as palavras do seu maior expoente, Lars Von Trier.

O ponto de partida do Dogma 95 (ou Voto de Castidade) seria um conjunto de "10 mandamentos", a serem fielmente seguidos, formulados em 13 de março de 1995, que vêm desde a proibição da incorporação de objetos e cenários até a vedação da produção de som em separado, do uso de câmera fora da mão, do preto e branco, da iluminação especial, dos filmes históricos ou de gênero, dos trabalhos óticos e de filtros etc...

À primeira vista estes dogmas assustam ou geram risos e denúncias de "golpe de marketing", mas não se pode ficar alheio a eles, principalmente após assistir seus filmes: eles nos fazem lembrar a quantidade de dogmas que incorporamos ao longo da história do cinema e nos abrem a perspectiva da retomada de um cinema simples, distante da banalização de sentimentos, ações e imagens impostas pelo cinemão americano. Resumindo: clamam por um tipo de reação ante à passividade individualista presente no cinema mundial.

Dogma 95 é um retorno a um tempo em que o cinema era feito com histórias bem construídas, simples, contemporâneas (portanto extremamente complexas) e um essencial trabalho de atores, sem quaisquer mascaramentos tecnológicos, sonoros ou visuais.

Muitos cineastas levantaram-se contra este movimento, considerando-o limitador da criatividade, no que estão cobertos de razão. O que incomoda, entretanto, é que estes mesmos cineastas, combatendo as novas regras propostas, esqueceram dos velhos e duros dogmas que vêm engessando o cinema, entre eles: não se faz filmes com baixo orçamento, sem alta tecnologia e sem as velhas fórmulas de roteiro.

Velhas fórmulas e altos orçamentos bastante presentes no embriagamento da onda do "renascimento do cinema brasileiro", que hoje já demonstra não ter passado de uma marola. O principal foi esquecido: para quê renascer? Para quê cinema brasileiro?

Talvez quem melhor tenha definido recentemente a importância do cinema para um país foi, por incrível que pareça, o produtor Luiz Carlos Barreto: "o cinema é um espelho... ninguém pode viver sem um espelho que o reflita."

Luciana Rodrigues



INTERNET: PÁGINAS DE INTERESSE

<http://www.pt.org.br/assessor/pagass.htm>

É a página da assessoria técnica da Bancada Federal do PT. Tem muito material de bom nível técnico elaborado desde uma perspectiva de esquerda sobre um amplo leque de assuntos da pauta política e econômica nacional.

http://www.nodo50.ix.apc.org/viento_sur/

Nesse endereço você encontra a reprodução da revista "Viento Sur" da corrente Esquerda Alternativa formada por militantes da frente Esquerda Unida do estado espanhol. Todo número traz dossiês sobre temas de atualidade internacional e aborda questões da teoria marxista. Todos os artigos estão em castelhano.

<http://constituyente.cantv.net/>

Esse é o sítio oficial da Assembléia Nacional Constituinte (ANC) que está em marcha na Venezuela e tem agitado o debate político no continente. Os materiais estão em castelhano.

<http://www.gre.ac.uk/~fa03/iwgv/>

Nessa página encontram-se reproduzidos os materiais dos encontros realizados em 1999 e anos anteriores pelo Grupo de Trabalho Internacional sobre Teoria do Valor. Tem muito material de debate sobre teoria marxista do valor e sua aplicação ao estudo dos problemas econômicos atuais. Também há textos de outras vertentes teóricas. A maior parte está em inglês; alguns artigos estão em outras línguas, inclusive português.

O Século da Biotecnologia

Neste momento, onde se discute a questão dos transgênicos, animais clonados, o projeto Genoma Humano etc., ler *O Século da Biotecnologia*, de Jeremy Rifkin (São Paulo: Makron Books, 1999) é voltar-se para a reflexão sobre os mais profundos valores e o significado da vida.

Rifkin, economista americano, entre outras questões, explora o problema da propriedade intelectual, as patentes, biopirataria, eugenia e a discriminação genética. O autor crê que as pessoas estão subestimando o poder da genética.

É um livro polêmico, que o autor explora com competência e questionamentos sobre a revolução biotecnológica, que afetará todos os aspectos de nossa vida: "A forma como nos alimentamos, como namoramos e casamos, como temos nossos bebês, como criamos e educamos nossos filhos, como trabalhamos, como nos envolvemos com a política, como expressamos nossas fé, como percebemos o mundo ao nosso redor e nossa posição nela – todas as nossas realidades, pessoais e coletivas serão profundamente tocadas pelas novas tecnologias do século biotecnológico", e, Rifkin, consciente do poder destas tecnologias, convida o público ao debate, cita, inclusive, o interesse do brasileiro, ao relatar aspectos da sua visita à Ribeirão Preto-SP, recentemente.

Não é um livro contra a ciência, mas sim, contra a corrida antiética baseada no comércio e recursos genéticos.

Gilberto da Silva - email: gilbersil@zipmail.com.br

Contra o neoliberalismo

Raul Carrion e Paulo Vizentini (orgs.). *Globalização, neoliberalismo, privatizações. Quem decide este jogo?* Porto Alegre: Ed. da UFRS; Prefeitura de Porto Alegre; Cedesp/RS, 1998.

Segunda edição do livro que divulga o seminário internacional de mesmo título, realizado em julho de 1997, em Porto Alegre. Organiza-se em torno de quatro eixos: "a globalização, o neoliberalismo e o sistema financeiro internacional", "a experiência neoliberal na Inglaterra, Chile, Argentina e México", "privatizações, 'Estado mínimo' e projeto neoliberal no Brasil" e "políticas agrárias e agrícolas na globalização".

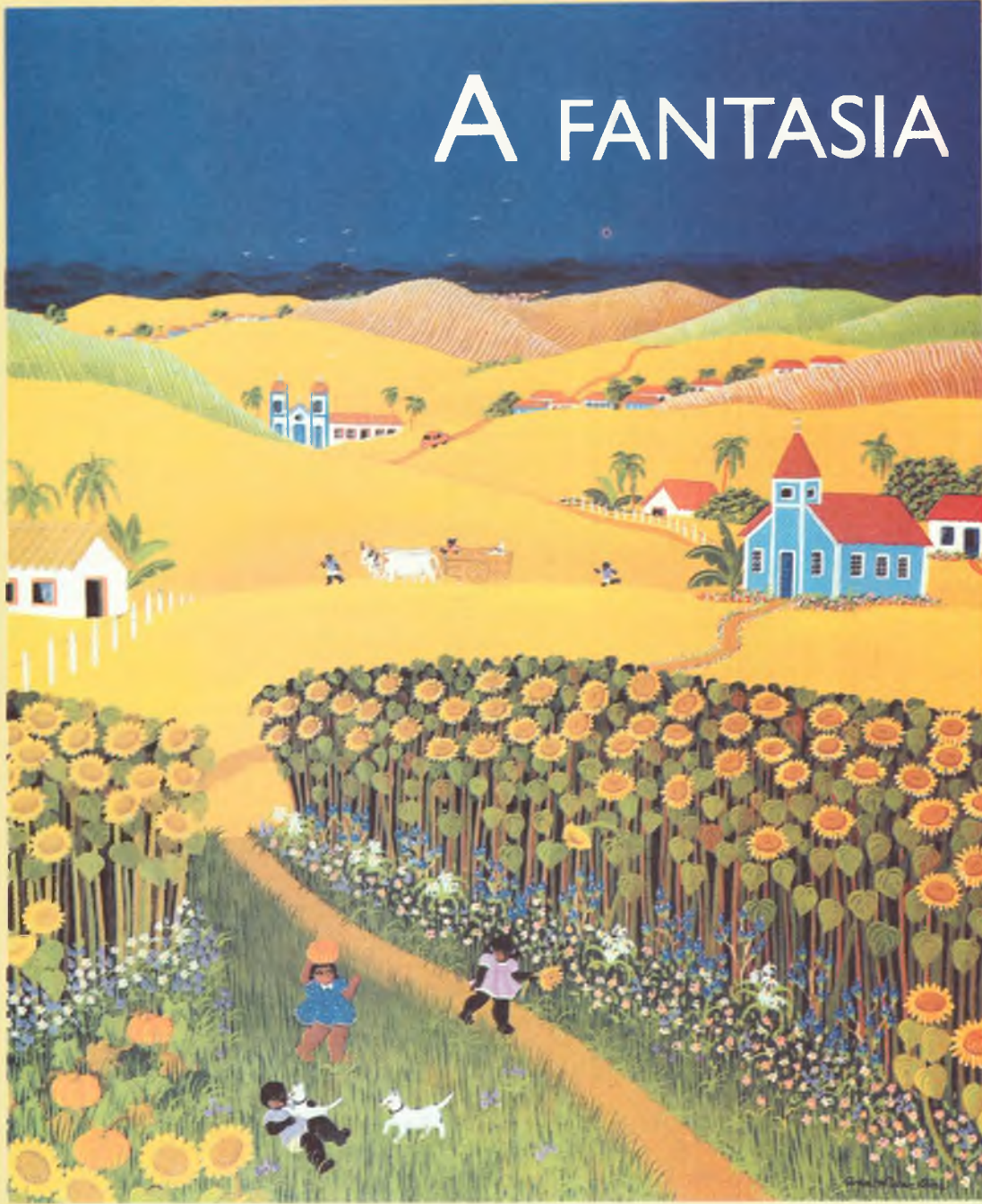
Conseqüências da flexibilização

Richard Sennett. *A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

O sociólogo norte-americano mostra, em uma obra provocante, como o ambiente de trabalho moderno não permite que as pessoas desenvolvam experiências ou construam uma narrativa coerente para suas vidas; e mais, as características predatórias do neoliberalismo comprometem a formação do caráter, que depende de virtudes estáveis, como lealdade, confiança, comprometimento e ajuda mútua.



A FANTASIA



O DOCUMENTO PROGRAMÁTICO DA CONSULTA POPULAR COLOCA EM SEU CENTRO O PROBLEMA DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL COMO NAÇÃO.

JUAREZ GUIMARÃES

O livro *A opção brasileira* (Rio de Janeiro, Editora Contraponto, 1998) contém elementos fundamentais para a superação do impasse do PT nos anos noventa. Se, como vimos na edição passada, o programa da candidatura Lula em 1994 e, mais ainda, em 1998 trilhava um caminho de desradicalização e ênfase numa dimensão mais economicista, *A opção brasileira* procura contornar o impasse pela esquerda. Em seus próprios termos, o livro se propõe a “explicitar bases conceituais para um novo enfoque sobre as possibilidades de desenvolvimento do Brasil e demonstrar que este enfoque tem consistência lógica, aderência à realidade e viabilidade histórica.”

Em nossa opinião, o termo “novo” não é preciso: trata-se, na verdade, de um magnífico retorno a um certo imaginário das forças populares derrotadas em 1964, isto é, a retomada com centralidade da questão nacional, da problemática da constituição do Brasil enquanto Nação. Estão aí o apelo à auto-identidade dos brasileiros, à confiança em suas próprias forças, o amor ao povo no que ele manifesta toda uma promessa de civilização, os temas da integração regional e nordestina, a reforma agrária, o terceiro-mundismo e o latino-americanismo.

Este retorno, esta intenção de buscar uma nova fusão da cultura de esquerda com o que há de melhor no nacional-desen-

voltimentismo é, por si só, um grande feito. Foi necessário escavar fundo, vencer toda uma muralha argamassada com ideologia e argumentos lógicos pretensamente consistentes, toda uma certa cultura dominante, para repor a questão nacional. Os ideólogos da ordem já desqualificaram as propostas e os diagnósticos trazidos no livro antes mesmo dele ser escrito: tratar-se-ia de um puro anacronismo, de uma mera e exaltada retórica do atraso.

Mais daninha, no entanto, do que a desqualificação apriorística seria, por parte da esquerda brasileira, a indiferença frente às conquistas de “A opção brasileira”. Não é mera causalidade o fato de que uma proposta política que busca a universalização de seu discurso, a construção de um projeto hegemônico, retome a memória de um dos momentos de maior criatividade popular na história brasileira, chamada na obra memorialística de Celso Furtado de “A fantasia organizada”.

Que “A opção brasileira” tenha sido capaz desta proeza também não é fruto do acaso. O livro expressa o documento programático de fundação da chamada “Consulta Popular”, movimento político social de base que encarna com centralidade a experiência das lutas dos sem-terra. Estes, como se sabe, guardam semelhanças fortes com a experiência das Ligas Camponesas. João Pedro Stédile traz a legitimidade do movimento social brasileiro mais importante dos anos noventa ao manifesto programático que traz também a assinatura de intelectuais marxistas de peso como Emir Sader. Incorpora lideranças religiosas e expressivas como Plínio de Arruda Sampaio. E, não menos importante, economistas estreitamente ligados à tradição nacional-desenvolvimentista como Tânia Bacelar e Reinaldo Gonçalves. A redação do livro foi centralizada pela inteligência sintética de César Benjamin, que compôs a comissão de programa da candidatura de Lula no início dos anos noventa e que, numa rota pessoal de colisão, desfilou-se do partido em 1995.

RECONQUISTADA

NACIONALISMO E CULTURA POLÍTICA

O nacionalismo, até como idéia força reativa à nossa origem colonial e à nossa condição periférica ou semi-periférica, sempre foi decisivo na cultura política brasileira. A temática da constituição da Nação, na bela análise de José Murilo de Carvalho, resultou do próprio processo de construção do Estado nacional: obra de arquitetura de uma elite imperial letrada, escravista, homogênea e restritíssima, este Estado exclui na sua origem a quase totalidade dos brasileiros da cidadania política. Até 1930, apenas 3% dos brasileiros tinham direito de voto.

A idéia de que constituíamos um Estado mas não uma nação pulso forte na geração de intelectuais da República Velha, desencantados com a república brasileira. “Este Estado não é uma nacionalidade; este país não é uma sociedade; esta gente não é um povo. Nossos homens não são cidadãos”, formulou em tom dramático Alberto Torres na segunda década do século. Em torno à crítica do liberalismo que legitimava as práticas oligárquicas dominantes na Primeira República, foi se estruturando ao longo da década de vinte um complexo cultura nacionalista, fortemente crítico ao liberalismo e de componentes conservadoras como nas obras de Oliveira Vianna, Francisco Campos, Azevedo Amaral, Plínio de Oliveira e tantos outros. Este complexo cultural anti-liberal somado à tradição positivista do Rio Grande do sul, de onde viria Getúlio Vargas, alimentaria as perspectivas dos dirigentes do Estado brasileiro pós trinta.

Em meio à crise das relações internacionais desencadeada seja pela crise de 1929, pela ascensão do nazi-fascismo e, depois, pela eclosão da Segunda Guerra Mundial, o primeiro ciclo Vargas orientou-se na direção do nacionalismo. Mesmo após a redemocratização do país, o nacionalismo continuou como referência dominante na cultura política do país no período que vai de 1945 a 1964, compondo-se agora com a esquerda, com os movimentos populares emergentes, com uma nova *intelligentsia* democrática.

Nesta quadra da história brasileira, o nacionalismo sofreu várias elaborações. Seja através dos intelectuais do PCB, Nelson Werneck Sodré à frente, que teorizava a perspectiva de uma revolução de caráter nacional, democrático-burguesa; seja através do ISEB, que abrigou desde a proposta de um nacionalismo “instrumental” de Hélio Jaguaribe até o nacionalismo de corte mais popular de Vieira Pinto; seja através do nacionalismo democrático, reformista e industrializante de Celso Furtado ou, ainda, de intenção socialista e radical reelaborado por Caio Prado Jr.

A ESQUERDA PÓS-64 E O NACIONALISMO

No pós-64, a problemática da construção da Nação foi desconstituída pela direita e pela esquerda. Pela direita: pela própria lógica do segundo grande ciclo de modernização conservadora, capitaneado pelo regime militar, de natureza anti-popular, que apostava no desenvolvimento associado aos capitais externos e uma referência americanista na política internacional. Pela esquerda: por um conjunto de trabalhos críticos à cultura do nacional-desenvolvimentismo, pelo que ela havia trazido de ilusão, de perda de autonomia das classes trabalhadores, de incompreensão das reais possibilidades de acumulação do capitalismo brasileiro.

Este ensaio não é certamente o lugar

apropriado para desenvolvermos um balanço crítico e rigoroso desta literatura, que teve em uma certa tradição da USP e do Cebrap os seus grandes centros difusores. Da idéia de nação a uma sociologia de classes, da crítica da Cepal ao dissenso das várias análises da dependência, da releitura da história brasileira à crítica da mistificação ideológica do ISEB, da releitura da história do movimento operário brasileiro à crítica das componentes corporativas e paternalistas do Estado populista, enfim, a própria desmontagem crítica da lógica do Estado desenvolvimentista: todos estes temas passaram a compor a cultura de toda uma geração nova da esquerda que estava se formando.

E o que sobrou da questão nacional? Na tradição marxista clássica, atualizada por Lenin e Trotsky, diferenciava-se claramente o sentido político reacionário do nacionalismo das grandes potências imperialistas e o sentido emancipador, progressista do nacionalismo dos povos submetidos à espoliação econômica, à opressão política, à perda de identidade cultural. O grande problema da crítica que se formou no Brasil à cultura do nacional-desenvolvimentismo é que ele não operou esta distinção fundamental, como se a questão nacional operasse em desfavor das identidades classistas e socialistas.

No vazio deixado por esta crítica, ganhou alento a força das idéias liberais, que através da clave udenista havia sido a grande crítica do nacional-populismo entre 1945 e 1964. É como se a crítica da esquerda, de alguma forma, desse razão histórica ao liberalismo, que sempre foi entre nós uma ideologia cosmopolita, desintegradora e desincorporada de uma cultura ampla de direitos necessária para se constituir um povo-nação.

PATOLOGIA E HEGEMONIA

Entre nós, escrevem os autores de “A opção brasileira”, “essa desvalorização sistemática de nós mesmos, já se tornou uma patologia”. Esta patologia teria levado a um debilitamento da própria “sociabilidade civilizada: um regime comum de valores, caminhos de mobilidade social ascendente, idéia de um futuro em construção.”

Continuam os autores: “(...) afinal, o Brasil tem sentido? Implícita ou mesmo explicitamente, há vários anos as elites e seus representantes nos dizem que não; por todos os meios, difundem este sentimento pelo país. Nós dizemos que sim. Defendemos que o processo de construção da sociedade brasileira está longe de ter esgotado seu potencial civilizatório e que, ao contrário, o atual movimento de desconstrução da nação é que fortalece tendências que sinalizam a barbárie.”

Este é o grande acerto do livro “A opção brasileira”. A passagem do PT para uma condição hegemônica depende fundamentalmente da sua capacidade de se apresentar como fundador de um novo e necessário período de construção de uma nação de cidadãos. Um novo ciclo de esperanças, tecido solidariamente de baixo para cima, terá de ser construído na crítica ao liberalismo de face extremadamente mercantil que dominou a cultura do país nos anos noventa. Liberalismo que não tem universalidade de valores, nem integridade política, nem amor ao povo, nem capacidade sistêmica para projetar um futuro democrático.

Na próxima edição, procuraremos dialogar com a riqueza das contribuições mas também com os limites fundamentais da proposta programática contida em “A opção brasileira”.



JUAREZ GUIMARÃES É PROFESSOR DA UFMG.